



PARTICIPAÇÃO NA CONSULTA PÚBLICA

CNIS dá contributo para melhorar o Plano para a Recuperação e Resiliência



CASAS DE ACOLHIMENTO
IPSS reinventam-se na pandemia e jovens revelam grande resiliência

PARALISIA CEREBRAL
Instituições minhotas e açoriana aumentam capacidade de resposta



CASTELO DE PAIVA
Depois dos jovens em risco, agora as vítimas de violência doméstica



Empreendedorismo Social. Um desafio às IPSS

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Na era pós-pandemia vão ficar a descoberto as gravíssimas vulnerabilidades socioeconómicas que, agora, estão muitíssimo veladas pelas medidas de proteção ao emprego e à diminuição ou falta de rendimentos financeiros, como são as diversas moratórias e o Lay-off ainda em vigor. No “Plano de Recuperação e Resiliência” (PRR) está previsto um conjunto de medidas para a revitalização dos diferentes setores que se consideraram importantes para a recuperação da economia e o combate à pobreza e exclusão social. Apesar desta última estar restrita às grandes Áreas Metropolitanas, é desejável, porque da mais elementar justiça, que as outras regiões do país possam vir a ser contempladas com iguais medidas, à dimensão das suas reais necessidades, mesmo que os investimentos financeiros tenham de ser suportados pelo Orçamento do Estado. Tudo indica, também, que a maioria destes fundos irão ser geridos por instâncias públicas, concretamente pelas autarquias, tendo em conta a transferência de competências que se estão a concretizar e de outras, de que se vai já falando. A descentralização das Políticas Públicas é uma estratégia incontornável, mas o Poder Central não se pode demitir de assegurar um correto planeamento, da afetação dos meios humanos e materiais necessários, do acompanhamento e avaliação das medidas ao longo da sua concretização. Assim se aplica o princípio metodológico para um desenvolvimento integral e sustentável que é o da subsidiariedade. Como o PRR prevê, esta estratégia exige a criação de equipas multidisciplinares para a execução dos diferentes programas com uma particular exigência para os de natureza social. Estas opções põem à prova a coerência da prática da democracia

nas suas dimensões fundamentais: a representativa e a participativa. Todos estão convocados a participar. É, por isso, interessante que o PRR reclame a participação das comunidades locais. Um dos grandes desafios é encontrar formas de o conseguir. Parece-me que as instituições de base local, representadas nas Comissões Locais de Freguesia, são os veículos mais adequados para colocar as populações a identificarem os seus anseios e a proporem formas de solução. Assim, se poderá ter evidências claras de que o Poder Local deve ser exercido, unicamente, para o desenvolvimento pessoal e sociolocal dos fregueses e munícipes. Condicionismos à participação como sejam a defesa fundamentalista de ideologias, a imposição corporativa de qualquer setor, a discriminação de organismos, a procura de protagonismos pessoais e institucionais, entre outras formas de entropias, só roubarão eficácia à ação, diminuirão a eficiência que pode ser sempre rentabilizada por parcerias competentes e enfraquecerão o poder das bases. No que às IPSS diz respeito, continuo a defender a tese de que, sem perderem a sua matriz solidária, têm que se assumir mais como agentes coletivos de desenvolvimento sociolocal, porque, alterações demográficas, desertificação territorial, opções políticas diferenciadas, mutação do modelo produtivo, reclamam uma maior diversificação no seu agir.

Uma das exigências que poderia ser abraçada pelas IPSS é a do empreendedorismo social. Elas deveriam reforçar – algumas já o fazem – o apoio ao empreendedorismo de pequenos negócios de base local, apoiando cidadãs e cidadãos que desejem criar o seu próprio posto de trabalho. Esta medida do PRR visa,

decerto, proporcionar a subsistência aos promotores, a outros trabalhadores que se vierem a associar e respetivas famílias. Além disso, a alimentarem a esperança no futuro e a contribuírem para o acesso a outras atividades profissionais por conta própria. O envolvimento das IPSS nesta medida, que dá outro vigor à solidariedade na medida em que gera autonomia financeira aos destinatários, tornando-se, assim, potenciadora de promoção humana e social, permitiria ainda assegurar quatro princípios fundamentais: a simplificação técnico-administrativa, sem prejuízo do rigor possível; a certificação da confiança nos bons propósitos dos beneficiários; o acompanhamento pela IPSS mais próxima da evolução do negócio e a sua mediação junto da entidade financiadora; o sentido da responsabilidade traduzido, em especial, na execução efetiva de cada microprojeto de investimento e, se for o caso, no reembolso do empréstimo concedido.

As IPSS já deram provas de estarem dispostas a aceitar grandes desafios. Este seria mais um e de grande alcance para suavizar os malefícios da gravíssima crise que temos pela frente.

IPSS DA COVA DA BEIRA

4 milhões para estrutura residencial para idosos com demência

Três instituições particulares de solidariedade social (IPSS) da Cova da Beira vão construir uma estrutura residencial para idosos dedicada a pessoas com demência, num investimento estimado de quatro milhões de euros. A estrutura ficará localizada em Caria, no concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco, e terá capacidade para 80 utentes.

O projeto será desenvolvido através da Plataforma Supramunicipal de Intervenção Social da Cova da Beira, que reúne a Mutualista Covilhanense (Covilhã), a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte (Belmonte) e Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silves (Fundão).

O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, José Figueiredo, frisou que este projeto nasceu há cerca de dois anos, no âmbito de uma “preocupação primordial” relativa às demências. “É uma estrutura que vai servir a Cova da Beira e não é será só um lar, terá uma expressão maior nos três concelhos”, sublinhou.

António Dias Rocha, que é, simultaneamente, presidente da Câmara de Belmonte e da Assembleia-Geral da Misericórdia de Belmonte, destacou que esta é uma obra necessária “aos três concelhos, à região e também ao país” por dar uma resposta “aqueles que mais precisam”.

“Vamos apoiar pessoas, apoiar pessoas que

precisam da nossa intervenção e que precisam do nosso apoio. [E vamos fazê-lo] com um tratamento qualificado, profissionalizado e que, provavelmente, vai tirar sofrimento a estas pessoas e às suas famílias”, disse.

Uma ideia partilhada pelo presidente da Mutualista, Nelson Silva, que destacou a importância desta resposta social, lembrando que será um serviço “qualificado” e que permitirá permitir e combater o isolamento das pessoas com demência.

Por outro lado, explicou, a ação desta plataforma não se limitará à construção de um edifício e integrará uma estratégia de harmonização na resposta em saúde mental para as três instituições parceiras.

Por outro lado, engloba uma componente de formação nesta área, que visa dar resposta a toda a região, onde esta lacuna foi identificada.

A componente supramunicipal foi também sublinhada pelo presidente da Assembleia-Geral da Mutualista, João Morgado, que lembrou ainda as mais-valias que a união das três instituições levará ao território.

“Esta plataforma supramunicipal irá dar emprego aos três concelhos, contratar serviços e produtos nos três concelhos, ajudar famílias dos três concelhos”, apontou.

A obra deverá arrancar ainda este ano, se a

conjuntura pandémica não implicar atrasos, estando prevista a construção de um edifício de raiz, com três pisos.

Com 44 quartos (35 duplos e nove individuais), o espaço aposta numa “imagem moderna” e que permite ter muita luz dentro do edifício, procurando uma ligação permanente entre o interior e o exterior, conforme o arquiteto do projeto, Adelino Minhós.

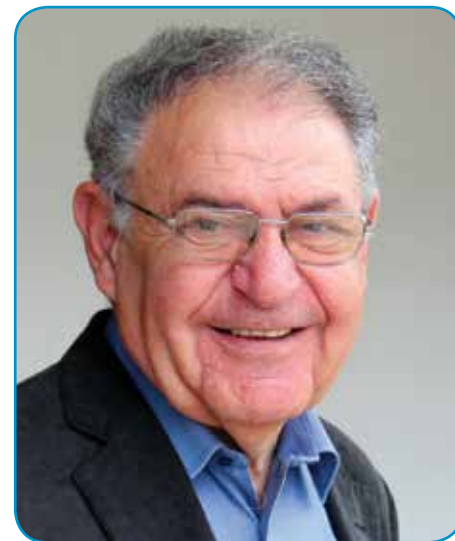
Além disso, conta com um pátio interior em “U”, que facilitará a mobilidade e exercício dos residentes e que também será um espaço privilegiado para as pessoas receberem visitas.

Estão igualmente contempladas zonas sociais e polivalentes, um centro médico e centro de reabilitação, bem como áreas administrativas e serviços técnicos e ainda uma rampa que facilitará a retirada rápida dos utentes, em caso de necessidade.

Esta valência deverá criar entre 60 a 100 postos de trabalho diretos.

Os dinamizadores garantem que têm asseguradas condições financeiras para avançar com a empreitada, mas também pretendem candidatar-la aos fundos comunitários, nomeadamente no âmbito de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que está atualmente em discussão pública e que prevê uma aposta nesta área.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Um ano de Pandemia

1. Está completado um ano de uma Pandemia provocada por um vírus invisível e silencioso...

Precisamente no dia 2 de março, eram identificadas as duas primeiras pessoas infetadas com o Covid-19. Na mesma semana, no dia 6 foi detetado um primeiro surto num Lar e imediatamente foi decretada a suspensão de visitas aos Lares (de Idosos e Residenciais) e estruturas similares.

Entre Lares do Sector Social Solidário (CNIS, Confederação Cooperativa Portuguesa, União das Misericórdias e União das Mutualidades - 1.500), Lares lucrativos e Lares não legalizados, haverá cerca de 3.500 Lares em Portugal, onde residem cerca de 150.000 pessoas. De Instituições associadas da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade serão cerca de 900 Lares – todos legalizados, evidentemente.

Os surtos sucederam-se ao longo ano. Por vezes intensamente. Provavelmente o pico terá sido atingido por volta do dia 12 de fevereiro, quando em todo este conjunto de Lares havia 383 surtos ativos e cerca de 9.000 utentes e 3.780 trabalhadores positivos. No princípio deste mês de março restavam 265 surtos ativos, com 4.960 utentes e 1.648 trabalhadores positivos.

Ao longo destes 12 meses, houve 4.548 óbitos em Lares com Covid-19: cerca de 27% do conjunto de óbitos.

Chora-se um óbito e sofre-se com um doente. Comparativamente, porém, Portugal está melhor que o Reino Unido (33%), (França 42%), Espanha (44%) e a generalidade dos países europeus.

Também por aqui se confirma a validade do modelo português de proteção social...

2. Os professores Filipe Pinto e Filipe Martins, da UCP-Porto (Ates - Área Transversal da Economia Social), fizeram um estudo sobre o impacto da pandemia de Covid-19 nas IPSS e seus utentes. O estudo abrangeu 329 IPSS de todo o país e de diferentes formas jurídicas, que se disponibilizaram a responder a um inquérito on-line, durante os meses de junho e julho.

Os dados obtidos permitiram uma caracterização descritiva desta situação e também



perceber as necessidades, os desafios e histórias de superação destas Instituições.

De uma forma científica e isenta os dados obtidos vieram asseverar a perceção existente.

Destacam-se algumas considerações finais:

- Como é sabido, a pandemia afetou e afeta particularmente as populações socialmente vulneráveis e com saúde mais frágil - é neste universo que as IPSS atuam - depararam-se com desafios diversos, complexos e que exigiram resposta pronta. As IPSS demonstraram capacidade de reação e atuaram com rapidez, num cenário de grande confusão e incerteza, adaptaram-se e mobilizaram recursos endógenos e exógenos que se traduziram em respostas flexíveis e criativas.

- A proximidade que têm com os territórios em que se inserem, com os utentes, com as suas famílias e com a comunidade envolvente, permitiu-lhes um conhecimento a partir de dentro, intervindo desde a primeira hora em vários domínios, os cuidados de saúde quotidianos, o isolamento, a segurança alimentar e os desafios associados à iliteracia digital.

- As IPSS demonstraram sentido de missão e compromisso solidário e atuaram muitas vezes para além dos serviços que prestam habitualmente para minorar ou suprir as necessidades das populações. Os seus recursos humanos mantiveram-se na linha da frente, com dedicação extraordinária, desgaste físico e emocional, até, risco de contágio para si e para as suas famílias.

- A fragilidade económico-financeira destas instituições ficou agravada pela diminuição das suas receitas e pelo aumento dos custos decorrentes da crise pandémica.

- A pandemia fez emergir um novo sentido

de colaboração entre IPSS, que se manifestou na partilha de boas práticas, aprendizagem entre pares e suporte mútuo. A cooperação com autarquias foi visível em muitos territórios e a articulação com as unidades de saúde locais foi essencial.

- Uma interrogação: se o papel das IPSS na recuperação e planeamento futuro de emergência e saúde pública será reconhecido, uma vez que não parece ser possível uma estratégia eficaz de saúde pública sem saúde social.

- A pandemia provocou um impulso no sentido de soluções da iniciativa da comunidade e de colaboração com as IPSS.

3. No dia em que se completava um ano de Pandemia, a Comissão Permanente do Sector Social Solidário (Governo com CNIS, CONFECOOP, UM e UMP), que reuniu semanalmente para se reinventar e proteger a população mais frágil, concluiu:

- Graças aos 230 mil testes já realizados, conseguiu-se prevenir mais de 800 surtos.

- Com o empenho de todos, introduziram-se novas metodologias de trabalho, como as equipas em espelho, para garantir o máximo de segurança aos utentes.

- A Segurança Social distribuiu mais de um milhão de equipamentos de proteção individual aos Lares. Graças ao programa MAREESS, foi aprovada a colocação de mais de 17 mil pessoas nestas estruturas.

- Centenas de voluntários por todo o país disseram “presente” para ajudarem nas tarefas essenciais, o que permitiu aliviar a pressão nos momentos mais difíceis.

- As Brigadas de Intervenção Rápida atuaram nos momentos de emergência e foram mobilizadas mais de 500 vezes.

- Com o apoio dos centros académicos de investigação, foi criada uma linha telefónica dedicada aos lares e preparada formação específica para situações de surto.

- O último ano fica marcado por um trabalho de equipa... do Sector Social, da Academia, da Segurança Social, da Cruz Vermelha, do IEFP. Todos juntos, para proteger quem mais precisa.

- Os desafios continuam, mas juntos vamos superá-los.

CONTRIBUTO DA CNIS PARA O PLANO PARA A RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Sector Social Solidário apresenta propostas para melhorar o PRR

A CNIS participou no processo de consulta pública ao Programa para a Recuperação e Resiliência, através do envio de um documento de análise, corporizando a contribuição específica do Sector Social e Solidário para a recuperação e desenvolvimento do país, depois da crise aberta pela pandemia de Covid-19.

Foi a dimensão da Resiliência que mais contributos motivou, ainda que a Transição Digital e a Transição Climática também interessam às Instituições da economia social. No documento entregue é referido que “importaria prever instrumentos específicos de financiamento para estas Instituições, designadamente no âmbito da realização de investimentos visando a eficiência energética dos edifícios onde se desenvolvem as respostas sociais, contribuindo desse modo, pela redução da fatura energética, para a sustentabilidade financeira dessas instituições.”

É evidente a enxurrada de efeitos que a pandemia provocou nas IPSS, acabando por acentuar vulnerabilidades já conhecidas e colocando-as em risco de rutura financeira. Por isso, “afigura-se que os recursos alocados pelo PRR, não podendo ser conduzidos para o aumento de receitas, através de mais equitativa comparticipação da Segurança Social por acordos de cooperação, podem ser canalizados para a diminuição das despesas, nomeadamente pela redução da fatura energética das Instituições Solidárias, mediante a introdução de mecanismos de discriminação positiva em investimentos com vista à maior eficiência energética. Como exemplos, a instalação de soluções de utilização de energias renováveis (equipamentos de consumo de biomassa, painéis solares, etc.; isenção de IVA para aquisição de viaturas para as IPSS, desde que com baixo teor de emissões; redução de IVA nas viaturas híbridas para IPSS). A substituição da frota das IPSS constitui uma necessidade inadiável – não só no que respeita a viaturas elétricas ou híbridas (prevista no PRR), mas igualmente para aquisição de viaturas não elétricas, para substituição das obsoletas, ou aquisição de autocarros de passageiros.”

Quando à Transição Digital, o documento da CNIS elenca domínios onde “importaria igualmente prever apoios específicos destinados às Instituições Solidárias no âmbito dos investimentos com vista à transição digital.”

Na parte do PRR que mais diz respeito ao Sector Social e Solidário, o documento refere a concordância com “a eleição da expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (mais 5.500 camas de internamento) e da Rede Nacional dos Cuidados Paliativos (mais 400 camas), bem como a Reforma da Saúde Mental”, enunciando, todavia, a reserva de que “o número de vagas a criar ser ainda assim inferior às necessidades, sendo aliás de ter em conta que, pelas condições de saúde



que apresentam, muitos utentes em ERPI deverem mais adequadamente ser acolhidos em unidades da RNCCI - como a problemática das infeções por Covid 19 nos lares de idosos veio evidenciar” e o reparo da incoerência do alargamento das vagas nestas respostas não ser acompanhado ao menos do cumprimento dos acordos de cooperação com o Estado quanto às comparticipações financeiras por este devidas.

A chamada “Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para a 1ª Infância, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência” prevê a criação de mais 28.000 lugares e um volume de investimento de 420 milhões de euros. O investimento visa a requalificação da rede existente, incluindo a eficiência energética, e integrando a adaptação estrutural de equipamentos (como exemplo, adaptação dos lares de idosos, para estabelecer espaços para visitas ou para outras finalidades), para aumento da capacidade, bem como a construção de novos equipamentos.

A CNIS manifesta críticas ao PRR na referência a um Plano Nacional de Não Institucionalização das Pessoas com Deficiência e por não se encontrar previsto investimento em estruturas residenciais para pessoas com deficiência, por tal contrariar as Resoluções da UE sobre a “institucionalização”. “A CNIS reitera a necessidade de prever o investimento na adaptação e requalificação dos equipamentos atualmente existentes na rede.” Alargando-se a atitude crítica à ausência no PRR de novos equipamentos e respostas sociais nas estruturas de acolhimento residencial para crianças e jovens em perigo.

Quanto à “Requalificação da rede de equipamentos existente”, com vista à qualificação das respostas ou ao aumento da capacidade, bem como a construção de novos equipamentos, é opinião da CNIS que existe “a necessidade de reforço de investimento na construção ou ampliação da capacidade dos lares de idosos, e também o reforço da capacidade do SAD, com o objetivo de evitar ou retardar a resposta residencial, quando tal seja possível.”

É ainda defendida a revisão dos acordos em SAD, flexibilizar o funcionamento da resposta e “prever a possibilidade de apoio à requalificação das habitações dos beneficiários, com programas

de apoio em conjunto com as autarquias, para criação de condições de habitabilidade.”

Na provisão de Equipamentos e Respostas Sociais prevê-se uma medida a que se chama “radar social” que não é explicitada. “A CNIS não pode deixar de lembrar a obrigatoriedade de preservar a opção constitucional de que o apoio, em prestações pessoais de atendimento e acompanhamento das pessoas em situação de carência, deve ser prioritariamente assegurado pelas Instituições de Solidariedade, pela sua proximidade aos cidadãos”. E mais ainda: “não é aceitável – e violaria, quer a Constituição, quer a Lei de Bases da Segurança Social – qualquer pretensão de tais equipas invadirem a área de autonomia das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como sugere a enunciação do objetivo de, através dessas mesmas equipas, se organizar e integrar todo o tipo de respostas sociais. Se for esse o alcance pretendido, a CNIS rejeita essa medida e não poderá aconselhar as Instituições a colaborar nela. Pelo contrário!”

A CNIS tem manifestado a sua discordância “quanto à regra constante do PARES, de priorização dos investimentos em que os proponentes garantam uma maior percentagem de financiamento próprio – na medida em que se trata de um critério que não assegura a coesão territorial nem a equidade entre as Instituições.” A Confederação defende critérios de prioridade que favoreçam as zonas geográficas mais carenciadas e “a elegibilidade do investimento deverá ser dependente de existência de uma instituição bem implantada no território, não da sua capacidade financeira. Neste contexto, recomenda-se que a eventual incapacidade financeira seja suprida pelo financiamento do PRR.”

No documento enviado ao Governo a CNIS defende a simplificação dos procedimentos dos procedimentos de contratação pública para que seja possível cumprir o Plano de Recuperação e Resiliência em tempo útil e sugere ainda a possibilidade de, no âmbito do PRR, “represtar projetos de investimento já oportunamente apresentados e aprovados, mas cujo financiamento público não foi possível, por esgotamento das dotações globais alocadas aos Programas correspondentes.”

Para além desta participação na consulta pública, foi também elaborado um documento de 40 páginas pelo setor social - UMP, Confederação das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), Confederação Cooperativa Portuguesa (Confecoop) e União das Mutualidades Portuguesas (MP) - e remetido ao Governo no dia 1 de março.

O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, para aceder às verbas comunitárias pós-crise da covid-19, prevê 36 reformas e 77 investimentos nas áreas sociais, clima e digitalização, num total de 13,9 mil milhões de euros em subvenções.

FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR, POMBAL

Instituição leva cuidados de saúde ao domicílio dos mais idosos

A Fundação Dr. José Lourenço Júnior, em Abiul, conta já com seis meses de implementação no terreno da iniciativa de inovação social «Saúde em Casa», um projeto no âmbito do Programa Parcerias para o Impacto, que conta com o Município de Pombal como parceiro social.

Apesar do contexto adverso provocado pela pandemia, o projeto já abrange 19 seniores da freguesia de Abiul, aos quais é feita uma avaliação preliminar gratuita de forma a perceber as potenciais necessidades de cada um.

A iniciativa «Saúde em Casa» destina-se a maiores de 65 anos que desejam manter-se no seu domicílio, com apoio e supervisão ao nível da sua saúde e bem-estar.

Reconhecendo a necessidade de providenciar bem-estar e qualidade de vida no domicílio, assegurando um serviço de acompanhamento personalizado e centrado no utente, a Fundação Dr. José Lourenço Júnior pretende, com os serviços prestados, verificar continuamente a condição de saúde no sentido de prevenir a agudização de condições crónicas pré-existentes, acompanhando de modo permanente a sua condição de saúde e, assim, proporcionar mais confiança e tranquilidade no envelhecimento.

Considerando que, em tempos de pandemia, os mais idosos constituem uma população de risco pelas comorbilidades típicas da idade, o contributo da equipa que intervém no domicílio contribui para um melhor bem-estar e segurança, uma vez que a abordagem é muito focada na prevenção e no encaminhamento para as entidades competentes, sempre que necessário.

De acordo com Jéssica Pereira, assistente social e coordenadora da iniciativa, “os principais benefícios que os utentes retiram da iniciativa prendem-se com o apoio na gestão da terapêutica, a monitorização regular dos sinais vitais, a promoção do envelhecimento saudável com autonomia, a diminuição do isolamento social, o combate ao sedentarismo”.

A equipa de intervenção procede ainda à avaliação do ambiente construído, nomeadamente na identificação de barreiras arquitetónicas que, em tantos casos, levam a quedas no domicílio.

Até ao momento, a receptividade dos idosos tem sido muito positiva, dado que ao longo das intervenções semanais têm-se criado laços de confiança. Na sua maioria, os beneficiários do «Saúde em Casa» “salientam que é sempre uma companhia, uma forma de se manterem



ativos, reduzindo o isolamento”, acrescenta a coordenadora.

A equipa multidisciplinar afeta à intervenção é composta pela assistente social, uma terapeuta ocupacional, uma enfermeira e uma auxiliar de saúde.

Jéssica Pereira refere, no entanto, alguns constrangimentos com que a equipa por vezes se depara, como a “dificuldade em atrair mais utentes para a iniciativa, pelas restrições nos contactos, a resistência à modificação de rotinas e hábitos e à sobrecarga no SNS, que dificulta o encaminhamento atempado de situações necessárias”.

educabiz®

CRECHES INFANTÁRIOS CATL

www.educabiz.com

A PRIMEIRA ESCOLHA EM PORTUGAL PARA AS VALÊNCIAS DA INFÂNCIA

500 INSTITUIÇÕES, 3000 EDUCADORES E 50.000 FAMÍLIAS JÁ UTILIZAM

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR

ATUALIZAÇÕES INCLuíDAS

SUPORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS

ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS

CONFORMIDADE COM RGPD

REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Marque uma apresentação: 222 400 196 ou info@educabiz.com

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA DE ENTRE-OS-RIOS, CASTELO DE PAIVA

Casa de acolhimento «Crescer a Cores» perpetua a memória das vítimas

Crescer a Cores é a colorida proposta nascida de uma das mais negras e escuras noites que Portugal viveu no passado recente. Aliás, a primeira grande tragédia do novo milénio foi vivida e sofrida, maioritariamente, pelas gentes de Castelo de Paiva, em especial da freguesia de Raiva, mas não só... No total, foram 59 vidas ceifadas, passaram 20 anos no passado dia 4 de março, pelo desabamento da ponte Hintze Ribeiro, que, em Entre-os-Rios, ligava os concelhos de Penafiel e Castelo de Paiva. Dessa noite triste nasceu a Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, uma obra social que já acolheu 102 jovens em risco ao longo de 12 anos e se prepara para acolher vítimas de violência doméstica.

Era uma noite muito agreste, a chuva há dias que não dava tréguas e as águas do rio Douro corriam desembastadas.

Com a queda do tabuleiro da ponte centenária foram arrastadas para a morte os 53 ocupantes de um autocarro, de regresso de uma excursão, e ainda mais seis de outras três viaturas ligeiras.

O acidente e o doloroso calvário das famílias das vítimas até que os corpos fossem encontrados consternou o país inteiro e o espírito solidário dos portugueses, uma vez mais, emergiu.

Em resposta, os familiares das vítimas, que inicialmente criaram uma comissão para lhes dar voz, decidiram canalizar essa solidariedade dos portugueses para a criação de um projeto social que perpetuasse a memória das vítimas da ponte Hintze Ribeiro.

É assim, que cerca de um ano e um mês depois do trágico acidente, nasce a Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (AFVTE).

“Na altura da tragédia tínhamos diversos donativos que foram enviados de diversos pontos do país e vimo-nos confrontados com a situação de tais verbas já não serem necessárias para as famílias das vítimas e decidimos criar uma obra social”, começa por dizer Augusto Moreira, presidente da AFVTE, acrescentando: “Como no acidente também tinham falecido muitas crianças, decidimos criar um projeto social que fosse diferente do que já havia no meio em que estamos inseridos. Acima de tudo, achámos que devíamos construir algo diferente, pois nascemos de uma causa diferente, de uma tragédia. E pensámos que podíamos ajudar pessoas que são vítimas de uma tragédia familiar, pessoas muitas vezes vítimas de maus-tratos e de outras situações no seio da família”.

Decidida a criação de uma obra social, os responsáveis poderiam ter optado por respostas sociais que intervissem diretamente na comunidade local, como um centro de dia, um serviço de apoio domiciliário ou outro, mas a escolha recaiu numa valência de abrangência nacional.



“Nesse momento, considerámos a lacuna existente no nosso concelho, e até no distrito de Aveiro, que era uma Centro de Acolhimento Temporário para jovens em situação de risco e em perigo. Esse foi o caminho que quisemos seguir e, até pelo luto que estávamos a viver, quisemos ir de encontro a essa perceção de que há muita gente abandonada e que precisa de apoio. Nós sabemos que em Castelo de Paiva há muito idosos, é um concelho com uma população muito envelhecida, mas há muitas respostas sociais nesse âmbito e a grande lacuna era nessas respostas de acolhimento a crianças e jovens”, explica, lembrando que a instituição quis, desde logo, ir mais além do que já existia: “E o nosso desafio foi ainda maior, porque decidimos abrir uma resposta até aos 18 anos e não apenas até aos 12 anos. Nós que vivemos um grande desafio, que foi a tragédia da ponte, também queríamos esse desafio social e

entendemos que a melhor forma de dignificarmos o nome das 59 vítimas era a abertura de um centro de acolhimento para jovens que precisam tanto do nosso apoio”.

No fundo, o propósito, por todo o historial da instituição, foi sempre dar esperança a novas vidas.

“O grande objetivo era que o projeto fosse o seguimento daquilo que vivemos. Nós podíamos ter ido cada um para sua casa, ficávamos quietos e não nos envolvíamos no desafio que é criar um projeto social. E esse desafio, para nós, era aliciante, porque percebíamos que havia muito jovem vítima de maus-tratos. Então, se conseguíssemos dar uma vida nova a esses jovens era, no fundo, dar seguimento àquilo que nós vivemos. Ou seja, percebemos que depois da morte há outra vida e esses jovens muitas vezes também estão adormecidos, de certa forma, mortos no seio das suas famílias. E, assim,



achámos que lhes devia ser dada a dignidade que todas as pessoas merecem e o apoio que muitas vezes não têm dos pais. Nesse sentido, o centro de acolhimento foi o primeiro desafio que tivemos”.

E 20 anos depois da tragédia, 19 da fundação da instituição (já no próximo mês de abril) e 12 da abertura do, então, Centro de Acolhimento Temporário, hoje Casa de Acolhimento «Crescer a Cores», Augusto Moreira refere que “o balanço é extremamente positivo”.

“Foi com grande espírito de sacrifício e foi preciso muita força e boa-vontade para nos envolvermos neste projeto, mas é um balanço extremamente positivo”, assegura, justificando: “E a melhor prova disso é o exemplo que tem vindo dos jovens. Quando eles saem desta casa, temos a noção do dever cumprido e vemos que o nosso trabalho tem sido válido e útil na prestação dos cuidados aos jovens. Não quero com isto dizer que somos os melhores, mas somos, seguramente, dos melhores. Por exemplo, temos aí um jovem, que já tem 20 anos, mas que quer continuar connosco. Já tem um apartamento e tudo, mas continua a ter um quarto na instituição, onde gosta mais de estar. Isto é a prova do nosso bom trabalho e da dedicação de todos os trabalhadores no apoio aos jovens”.

Atualmente, a instituição acolhe 16 jovens, entre os 10 e os 18 anos, e funciona com uma equipa de 21 pessoas. Para além do acolhimento a crianças e jovens em risco, a Associação ainda desenvolve formação junto de populações desfavorecidas, mas, de momento, a resposta está suspensa devido à pandemia.

Satisfeitos com o trabalho até agora desenvolvido com os 102 jovens que até agora passaram pela instituição, os responsáveis pela AFVTE almejam mais e já puseram mãos à obra.

“E o balanço é também muito positivo porque já temos um novo desafio que queremos abraçar. E esse próximo grande desafio, a que a Segurança Social de Aveiro já mostrou abertura para a assinatura de um acordo atípico, são as Casas Abrigo. Esta é outra resposta inexistente aqui no concelho e praticamente inexistente no distrito de Aveiro. O nosso projeto tem algumas características únicas, pois pretendemos apoiar pessoas vítimas de violência doméstica, mas de forma individualizada. Todas as vítimas que para cá vierem vão ter a sua privacidade e autonomia. Esta dinâmica que criámos vai no sentido de não disponibilizar respostas que as outras instituições da zona já oferecem, mas dar resposta a necessidades que ainda não as têm. Queremos ser diferentes, porque a Associação também nasceu de uma causa diferente”.

Assim, o novo grande projeto da instituição

é uma resposta social direcionada para a problemática da violência doméstica, promovendo uma resposta de acolhimento.

“O nosso primeiro trabalho foi perceber como funcionam estas respostas de acolhimento mais tradicionais e perceber ainda os constrangimentos que lá se sentiam. Após muita pesquisa e investigação, conseguimos perceber que os principais constrangimentos nas casas de acolhimento para vítimas de violência doméstica eram a falta de autonomia dessas pessoas e os conflitos gerados, porque, apesar de partilharem histórias semelhantes, todas partilham os mesmos espaços e nem sempre de forma pacífica”, começa por explicar Marlene Gomes, diretora-técnica da AFVTE, revelando que o objetivo da Associação “é apostar na inovação social e, no sentido de dar uma melhor resposta a estas vítimas, decidi avançar para um projeto de casa individuais, oito de tipologia T2 e duas T3”.

Desta forma, as utentes “podem trabalhar a sua autonomia, para além de que têm mais privacidade”, refere a técnica, acrescentando: “A questão da autonomia é muito importante para estas mães que nos chegam numa situação de grande vulnerabilidade e fragilidade, por isso esta resposta dar-lhes-á a possibilidade de viverem em família com os seus filhos, tendo em cada casa tudo o que é necessário para tal, não tendo que partilhar espaços com as outras famílias”.

Contudo, tal como muitos outros projetos, a sua concretização depende de financiamento que a instituição não consegue por ela própria, estando para já a aguardar melhores dias e candidaturas a fundos europeus.

“Estamos à espera de medidas de apoio para podermos avançar com a construção, pois, naturalmente, a instituição não tem capacidade financeira para o fazer. Este é um projeto que rondará os 700 mil euros, mas estamos à espera de alguma medida comunitária que possa financiar a execução do projeto. Pensamos que a Segurança Social já incluiu este projeto nos possíveis financiamentos, o que nos dá algumas garantias, porque este é um projeto que interessa ao distrito. Já temos tudo preparado, temos terreno e temos projeto aprovado, só falta mesmo o financiamento para o colocarmos em marcha”, afirma Augusto Moreira, que ainda assim, garante que a instituição “está saudável financeiramente”.

“No início foi muito complicado, porque, quando foi para construir o centro de acolhimento, o Estado, primeiro, participou a 75%, mas depois fez uma reestruturação ao projeto, o que nos obrigou a grandes investimentos. Foi uma situação difícil, até porque as instituições bancárias, como não conheciam a instituição, levantaram dificuldades para fazer os empréstimos que necessitávamos. Mas a nossa postura também aqui foi a de sempre e que já tínhamos tido com as verbas dos donativos oferecidos às famílias das vítimas: transparência e rigor. Este tem sido o nosso caminho, muita transparência, muito rigor e muito empenho de todos. Neste momento, a instituição está saudável financeiramente. No entanto, temos alguns projetos, por exemplo, precisamos de fazer algumas obras aqui na casa de acolhimento, mas, para já, não as conseguimos fazer com recursos próprios”.



Tal como todos os demais portugueses, e não só, o último ano foi marcado pela pandemia de Covid-19. Na Casa de Acolhimento «Crescer a Cores» não foi diferente.

“Tal como toda a gente, aqui também fomos apanhados de surpresa, mas foi apenas mais uma, pois nós estamos habituados a surpresas. Criámos logo as dinâmicas necessárias para manter os 16 jovens em casa e começou logo por um investimento de cerca de três mil euros para termos internet na instituição toda e, assim, proporcionar-lhes as melhores condições para assistirem às aulas online. Perante a necessidade de computadores para todos, a própria comunidade envolveu-se para resolver o problema. Os jovens é que não podiam ser prejudicados, por isso, tudo fizemos para que assim fosse. É certo que foi difícil manter os jovens isolados e fazê-los entender que tinham que ficar na instituição, no fundo, presos, mas esse sentido de dificuldade a que estamos habituados acabou por se tornar também fácil. Aqui, uma palavra para a diretora-técnica e para os trabalhadores que têm sido excecionais e nunca desistiram”, sustenta o presidente da instituição.

Depois de neste ano já ter trabalhado na cozinha e ter desempenhado outras funções que não são propriamente de uma diretora-técnica, Marlene Gomes é clara: “O último ano tem sido um desafio”.

Para a responsável pela «Crescer a Cores», “esta é uma casa para crianças e jovens e estes não têm tanta capacidade para entender tudo isto que estamos a viver”.

Para além de mais, “esta é uma população que precisa muito de socializar e este último ano foi marcado por um confinamento doloroso para estes jovens, porque estamos a falar de jovens com grandes comprometimentos a nível cognitivo e outros ao nível da saúde mental, o que naturalmente lhes vai causando imensa ansiedade no que se refere a tudo o que está a acontecer”, refere, sublinhando: “Acima de tudo, tem sido um desafio para os profissionais que aqui trabalham”.

Dificuldades à parte, como definir a instituição em uma palavra? “Família, porque nós somos uma família e agimos como tal. Protegemo-nos uns aos outros, muitas vezes choramos juntos... Obviamente, nós adultos temos que ter mais cuidados na exteriorização das emoções, mas quando temos que chorar com os miúdos também o fazemos. Eles percebem que nós sentimos o que eles sentem, pelo que não há melhor palavra para definir o ambiente da nossa casa do que família”, frisa Marlene Gomes.

CASAS DE ACOLHIMENTO TIVERAM QUE SE REINVENTAR

Jovens mostram-se resilientes mas demonstram sinais de ansiedade

Foi a 16 de março de 2020 que Portugal confinou pela primeira vez devido à pandemia de Covid-19 e, desde então, a vida nas instituições de acolhimento, sejam de idosos, de pessoas com deficiência, de crianças e jovens em risco ou outras sofreram uma alteração radical nas suas rotinas. Em todas elas, a pior das consequências, talvez, tenha sido a ausência de contactos com o exterior e das tão desejadas visitas dos familiares e amigos, entre a muita ansiedade. Núcleos fechados, o perigo de surtos pairou de forma permanente sobre as IPSS com respostas residenciais e as casas de acolhimento de crianças e jovens em perigo não fugiram à regra, pelo que teve que haver cuidados redobrados. No entanto, os jovens revelaram grande resiliência e um espírito de entreajuda mais forte.

No sentido de cumprirem as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e, assim, salvaguardarem a saúde de utentes e trabalhadores, as diferentes instituições tiveram que se adaptar rapidamente.

“Para além do cumprimento das medidas preventivas (uso de máscara, lavagem e desinfeção de mãos, etc.), houve uma reorganização interna na instituição, com a elaboração de mapas de trabalho com equipas em espelho e desfasamento de horários, por forma a garantir a constante dinâmica da casa de acolhimento, evitando o contacto entre utentes e vários colaboradores em simultâneo”, começa por referir Tiago Borges, diretor-geral do Centro Juvenil de S. José, em Guimarães, acrescentando: “As dinâmicas sofreram algumas alterações dado o ensino à distância a que os jovens foram e estão a ser sujeitos, havendo uma maior monitorização e supervisão por parte dos cuidadores para que haja cumprimentos das tarefas escolares e responsabilização quanto às suas obrigações escolares. Também houve um reajuste no plano de atividades, dadas as restrições enunciadas pelo Governo”.

Também na Fundação Luiz Andaluz as dinâmicas sofreram mudanças e, no geral, teve que se “proceder a um reajustamento, nomeadamente dos horários e funções dos colaboradores”, avança Catarina Rodrigues, diretora-técnica da instituição de Santarém.

Em Guimarães, onde a instituição é exclusivamente para rapazes, “os jovens têm demonstrado uma grande capacidade de resiliência procurando, junto dos cuidadores, amigos e familiares, estratégias para lidar com a frustração, desespero momentâneo e, por vezes, falta de autocontrolo perante as suas emoções”, revela Tiago Borges, indicando ainda que, “neste confinamento, é notória uma maior capacidade por parte dos jovens



em compreenderem o que está a acontecer a nível mundial”.

A mesma situação é relatada por Catarina Rodrigues, da Fundação Luiz Andaluz, cuja resposta é exclusivamente feminina: “Notamos uma melhoria e melhor aceitação, por parte das crianças e jovens. Estão mais motivadas para o estudo, facto já constatado no primeiro confinamento, embora menos ansiosas”.

Ansiedade é, no entanto, o sentimento que Marlene Gomes, diretora-técnica da Casa de Acolhimento «Crescer a Cores», da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (AFVTE), mais deteta entre os 16 rapazes que residem na instituição de Castelo de Paiva.

“Ansiedade é o principal efeito que temos

identificado nos jovens em consequência da pandemia. Temos trabalhado muito este aspeto com os psicólogos e a equipa multidisciplinar que a instituição dispõe. Essencialmente, este sentimento de angústia é o principal efeito que temos vindo a notar”, refere, destacando ainda o processo por que todos passaram na casa de acolhimento: “Obviamente, todos os que aqui trabalhamos tivemos que nos reinventar para nos adaptarmos a toda esta situação. Agora, temos aqui 16 jovens fechados e com o atual ensino à distância eles não podem mesmo ir a lado nenhum, estão sempre a conviver uns com os outros, sempre a ver as mesmas caras e depois os horários das aulas, das pausas e até das refeições são desfasados”.

Ainda assim, para Tiago Borges, os jovens em Guimarães “têm encarado a pandemia com responsabilidade, percebendo a necessidade de proteção e resguardo nos períodos de maior afluência de contágios”.

No entanto, as restrições da pandemia fazem-nos lamentar diversas situações, em especial as que se projetavam no futuro: “Eles lamentam o facto de não poderem concretizar objetivos já delineados nos seus projetos de vida, no tempo estimado ou previsto, bem como a participação em atividades já delineadas e que não se realizaram”.

Contudo, o confinamento tem potenciado alguns comportamentos que não são os mais desejáveis, mas que as circunstâncias acabam por justificar.

Segundo Tiago Borges, durante o confinamento os jovens têm investido mais tempo na realização de jogos de computador e passado no telemóvel e nas redes sociais, para além de um maior sedentarismo e ainda do aumento dos, já referidos, níveis de ansiedade.

Entre as jovens acolhidas em Santarém, Catarina Rodrigues encontra determinadas vantagens por força do confinamento.

“Curiosamente estão tranquilas”, afirma, apontando como justificação o facto de as aulas serem acompanhadas, “o que as deixa mais seguras e mais participativas nas atividades”.

No entanto, é “claro que vão manifestando saudades da escola e colegas”, acrescenta.

Em Castelo de Paiva, “apesar da fadiga e cansaço que a pandemia trouxe, os jovens ajudam-se mais uns aos outros”, sustenta Marlene Gomes.

Este apoio mútuo entre os jovens, também é referido pela diretora-técnica da instituição de Santarém, que nota nas meninas institucionalizadas “mais interajuda entre elas e bastante resiliência”.

O mesmo é reportado por Tiago Borges, que observa uma “maior proximidade entre os jovens e os cuidadores, relações mais positivas entre jovens e cuidadores, bem como entre equipas, capacidade de adaptação perante as adversidades e de reinvenção” e, por fim, uma “maior valorização das ‘pequenas coisas’ da vida”.

São as vantagens das adversidades a emergirem, algo essencial quando se trata de dar vida nova a novas vidas.

Mas para que isto possa acontecer, as instituições tiveram que investir e apostar nos jovens e em novas dinâmicas e isso acarreta sempre dificuldades.

Para Marlene Gomes, o mais difícil “foi ocupar os jovens”.

“Estamos a viver o segundo confinamento, agora num formato diferente, porque eles durante o dia estão ocupados com as aulas, mas no primeiro não havia aulas! Apostámos muito nas atividades lúdicas, essencialmente ao ar livre, o que este confinamento agora não nos permite”, explica a responsável da AFVTE.

Já em Guimarães, as principais dificuldades foram outras e bem mais complicadas. À cabeça surge de imediato nas palavras do diretor-geral o “surto de Covid-19 que existiu na casa de acolhimento”, em que quatro colaboradores e três jovens ficaram infetados com o novo coronavírus.



Por outro lado, segundo Tiago Borges, foi difícil também “diminuir o impacto emocional e social da distância física entre jovens e a família, por consequência do confinamento obrigatório”.

Tal como em todas as respostas sociais residenciais, logo em março de 2020 as visitas foram suspensas. Também os jovens institucionalizados ficaram privados de ver e estar com os seus familiares, algo que, entretanto, se alterou neste segundo confinamento. Aliás, em meados do passado ano, as visitas foram restabelecidas, desde que as condições exigidas sejam cumpridas.

Em Santarém, “em 2020, foram poucas as visitas e só na instituição”, sendo que depois de junho “as jovens começaram a ir de férias e a serem visitadas com mais regularidade, sempre com as devidas precauções”, ressalva Catarina Rodrigues, cuja instituição registou 14 casos de Covid-19 (oito colaboradores e seis jovens).

Já em Castelo de Paiva, onde houve quatro casos de Covid-19 (dois jovens e duas trabalhadoras), as visitas, apesar de autorizadas, não estão garantidas.

“No primeiro confinamento as visitas foram proibidas, o que já não acontece agora neste que estamos a viver. Apesar disto, se considerarmos que o agregado familiar não tem condições para cumprir com as normas de confinamento que estão em vigor, então, não permitimos que os jovens vão à família, porque não podemos arriscar a saúde dessa criança, mas também de todos os outros que vivem na instituição. Esta não é uma decisão exclusivamente nossa, pois damos sempre conhecimento à instância judicial”, revela Marlene Gomes, que acrescenta ainda: “Todas as famílias foram sensibilizadas para os cuidados a ter e, inclusive, têm que assinar um documento em como se responsabilizam por cumprir e fazer cumprir todas as medidas sanitárias em vigor. Já nas visitas na instituição, criámos um espaço próprio para tal, mas, apesar de haver autorização para tais visitas, elas não se têm realizado



porque as famílias, por iniciativa própria, não vêm”.

No Centro Juvenil S. José o controlo de visitas foi mais apertado, até pelo surto que houve na instituição.

“Em 2020 os jovens estiveram sempre confinados na casa de acolhimento, não indo de fim-de-semana a casa dos familiares. Contudo, com implementação do plano de contingência da instituição as famílias vieram à casa de acolhimento para visitar os jovens, de acordo com as suas possibilidades”, conta Tiago Borges, adiantando que no corrente ano já há mais alguma normalidade: “Agora, em 2021, os jovens têm cumprido com as visitas estipuladas nos seus acordos de promoção e proteção, embora os próprios jovens optem por ir menos vezes, de forma a salvaguardar a sua saúde e a dos familiares”.

E se os jovens institucionalizados têm revelado enorme resiliência e uma grande aprendizagem com as dificuldades impostas pela pandemia, também as instituições retiraram algo deste período para o futuro.

“Mesmo das situações menos boas, temos que retirar sempre alguma aprendizagem e a nossa tem sido a de criar mecanismos para numa eventualidade futura estarmos mais bem preparados. Há sempre imprevistos, mas a experiência que vamos adquirindo permite-nos enfrentar essas situações de uma forma mais preparada”, assevera Marlene Gomes, da casa de acolhimento «Crescer a Cores».



NÚMEROS DA COVID-19 UM ANO DEPOIS DO PRIMEIRO CASO

Mais de 16 mil mortes e mais de 800 mil infetados em Portugal

No dia 2 de março passou um ano da chegada oficial da covid-19 a Portugal. Os primeiros dois casos foram confirmados pelas autoridades de saúde.

Em 12 meses os casos de contágio foram oscilando ao sabor das vagas, as mortes atingiram números assustadores, houve 12 estados de emergência e chegaram as primeiras doses da vacina. Foi uma montanha-russa de esperança, ilusão, sacrifício, desespero, pânico, ansiedade e, de novo esperança. Nada está garantido. Essa é porventura a grande lição a tirar deste ano de pandemia. E tudo isto ainda não acabou.

Houve, até agora, três vagas e o número acumulado de infetados em Portugal ultrapassou no início do mês de março, os 800 mil casos, ou seja, 8 por cento da população portuguesa.

A primeira morte atribuída à covid-19 aconteceu no dia 16 de Março. Um homem de 80 anos com várias patologias associadas faleceu no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Um ano depois a contabilidade dos óbitos é impressionante: 16 351 mortes por causa da pandemia.

Dez dias depois de ter sido comunicado o primeiro caso em Portugal, surgiu o primeiro doente

recuperado da covid-19. No Hospital de S. João, no Porto, um homem infetado numa viagem a Itália, recuperou da doença em duas semanas. Testou negativo por duas vezes e teve alta hospitalar. Desde o início da pandemia, recuperaram da doença pelo menos 720.235 pessoas.

O Serviço Nacional de Saúde esteve sob pressão durante todo este ano, mas os hospitais entraram em situação de rutura e atingiram a capacidade máxima no fim de janeiro/início de fevereiro.

Na passagem do primeiro aniversário da pandemia em Portugal a situação é mais estável e controlada. Havia, nesse momento, 2167 pacientes internados em enfermarias e 469 em cuidados intensivos, de acordo com o boletim da DGS.

O primeiro estado de emergência em Portugal foi decretado no dia 18 de março, 16 dias após ter sido notificada a primeira infeção. Foi a primeira vez que foi implementado um estado de emergência na história da democracia portuguesa, e exigiu “a aplicação de medidas extraordinárias e de caráter urgente de restrição de direitos e liberdades”, como dava conta o primeiro decreto presidencial. Foi imposto o dever de recolhimento domiciliário, o regime de teletrabalho passou a ser obrigatório, o comércio a retalho e a restauração encerraram, e só ficaram abertos os

estabelecimentos que vendiam bens de primeira necessidade, entre outras medidas. Contando com este último, que vai vigorar até 16 de Março, foram 12 os estados de emergência decretados por causa da covid-19.

Durante este ano Portugal enfrentou três vagas da pandemia, cada uma com os respectivos picos de casos e de mortes. Na terceira vaga, Portugal atingiu o número mais alto de casos (16.432) e de mortes (303) alguma vez registado desde o início da pandemia, atingidos no dia 28 de janeiro.

Segundo a Direção Geral da Saúde, já foram realizados mais de 8,2 milhões de testes ao novo coronavírus.

Nos números da pandemia resta dizer que o plano nacional de vacinação contra a covid-19 arrancou no dia 27 de dezembro no Hospital de São João, no Porto. A 4 janeiro começou, em Mação, a vacinação nos lares de idosos. Três meses após o início da campanha de imunização, já foram vacinadas com a primeira dose 603.585 pessoas e 265.366 mil já receberam as duas doses, o que perfaz 868.951 vacinas administradas, no total. Quase 3% da população portuguesa já recebeu as duas ino-culações, o que significa que já está imunizada contra a covid-19.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL



ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES (94% de acordo com estudo realizado por uma consultora americana independente).

Acordo com a CNIS, parceria com 18 Uniões Distritais de IPSSs, acordo com a REDEMUT e Fornecedor da UMP.

1

SOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL
que garantem a gestão e organização integrada de todas as áreas sempre em linha com as exigências legais e funcionais.

2

APOIO AOS UTILIZADORES DO SOFTWARE
permitindo aprofundar os conhecimentos e rentabilizar as múltiplas funcionalidades e libertar mais tempo dos recursos humanos.

3

SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA TI
de forma a otimizar a aposta tecnológica das organizações numa altura particularmente exigente.

Entidade formadora certificada pela DGERT.

www.f3m.pt



CONSELHO GERAL DA CNIS

Confederação faz balanço de um ano de pandemia

Quando se assinalou um ano de pandemia, a CNIS realizou um Conselho Geral extraordinário, que contou com um convidado muito especial.

Em época de balanços, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa quis de viva voz participar na reunião por vídeo conferência, que juntou à distância todas as Uniões Distritais e Regionais e as Federações, para apresentar a sua visão deste último ano, mas, essencialmente, para agradecer às instituições e reconhecer a dedicação dos trabalhadores e dirigentes “pelo serviço a Portugal” [ver páginas centrais].

Antes das palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, Maria João Quintela, pela Direção da CNIS, lembrou que há, “desde o início, disponibilidade total, de forma leal e participativa, das IPSS para pôr em prática e seguir as orientações da DGS”, tendo a CNIS um papel importante “na divulgação imediata e permanente das orientações da DGS e na formação junto das instituições, recorrendo a meios próprios e, inclusivamente, a outras organizações como os Médicos Sem Fronteiras”.

De seguida, a dirigente da CNIS lamentou que, “não obstante, as orientações da DGS, por vezes contraditórias, revelaram um desconhecimento quase total do Sector Solidário e, nomeadamente, sobre o perfil dos utentes em estruturas residenciais” e, assim, “colocando dificuldades acrescidas de concretização em espaços e recursos humanos”, sublinhando ainda a falta de reconhecimento dos trabalhadores dessas estruturas.

“Os trabalhadores, não tendo sido considerados nem reconhecidos como da ‘linha da frente’ não tiveram acesso privilegiado a equipamentos de proteção individual, nem os idosos. A CNIS exerceu um esforço nacional de recolha de equipamentos oferecidos por beneméritos, que, apesar de todas as dádivas não preencheram as muitas necessidades”, sustentou Maria João Quintela, frisando: “As IPSS são vítimas de uma não articulação, nomeadamente por parte da Saúde, entre a Saúde e a Segurança Social. Quase diríamos de uma indiferença ou rejeição pelo Ministério da Saúde, que desde o início desenvolveu um ataque injusto e desproporcional às IPSS, através de uma desvalorização inaceitável da qualidade dos cuidados prestados e das competências dos trabalhadores”.

Nesse sentido, a dirigente da CNIS reclamou um “reconhecimento público dos trabalhadores e das direções das IPSS, que não são facilmente substituíveis”, sublinhando: “Precisamos que o país veja as instituições, os seus trabalhadores e voluntários, e os mais velhos e as pessoas com deficiência ou com múltiplas problemáticas sociais e de saúde como agentes de cidadania da ‘linha da frente’ e cidadãos de pleno direito”.

A terminar, Maria João Quintela recordou o grande esforço que a CNIS tem feito para fundamentar tecnicamente as suas propostas.

“A CNIS e as IPSS fundamentam os argumentos das suas posições e solicitações em estudos e relatórios objetivos, quantitativa e qualitativamente, no plano social, económico e da saúde”.

Ainda no âmbito da pandemia, e numa espécie de introdução à intervenção do Presidente da República, o padre Lino Maia lembrou que, “até dia 26 de fevereiro, havia 307 surtos ativos” no universo



de cerca de 3.500 lares existentes em Portugal (entre unidades do Sector Social e do privado), tendo o pico de surtos sido atingido a 12 de fevereiro.

Por outro lado, o presidente da CNIS sublinhou as diferenças entre a situação nos lares nacionais e noutros países da Europa, revelando que “em Portugal as mortes em lares representam 27,7% do total, enquanto no Reino Unido foi de 33,3%, em Espanha de 44% e em França de 46,6%”.

E o facto de “ter havido menos óbitos nos lares portugueses deve-se aos ótimos trabalhadores e excelentes dirigentes das instituições”, asseverou.

O padre Lino Maia congratulou-se ainda por o prazo para finalizar o processo de vacinação nos lares estar antecipado, à exceção dos que tinham surtos, atualmente, nos cerca de 900 lares associados da CNIS há cerca de 30% com o processo concluído, 50% já recebeu uma toma e outros 10% há uma vacinação parcial.

Apesar destes números animadores, o padre Lino Maia deixou um alerta: “Concluir o processo de vacinação não nos pode levar a baixar a guarda. Continuaremos muito ativos e com muitos cuidados”.

Com o último mês do primeiro trimestre do novo ano já em marcha, a CNIS quer acelerar o processo de negociação do Protocolo de Cooperação com o Estado, estando a desenvolver contactos com a União das Misericórdias, União das Mutualidades e Confecoop para apresentarem uma “proposta condicionante” para que o Governo possa incluir as sugestões do Sector Social Solidário.

O presidente da CNIS informou os conselheiros que espera que o Protocolo de Cooperação para 2021-2022 esteja “negociado até ao fim de março”, pois esperar pela proposta do Governo “vai demorar” e o resultado pode não ser o esperado e necessário.

Em cima da mesa estão as enormes dificuldades e constrangimentos financeiros que as instituições estão a viver devido, não só à atualização do salário mínimo, mas essencialmente, pelo brutal aumento de custos em consequência da pandemia.

“Sobre a atualização dos acordos de cooperação, há pressa em acelerar o processo, porque o salário

mínimo já foi atualizado, mas as instituições continuam a receber valores de 2020”, considerou o padre Lino Maia, acrescentando: “Houve uma proposta para que a atualização fosse feita em dois momentos. Um primeiro para fazer face ao impacto do aumento do salário mínimo e um outro por causa do aumento de custos das valências. É necessário que este ano haja uma atualização significativa dos acordos de cooperação, porque as instituições vivem dificuldades muito grandes”.

Ainda sobre o novo Protocolo de Cooperação, Filomena Bordalo, assessora da Direção, começou por lembrar que o compromisso de 2019-2020 foi “no essencial incumprido”, muito condicionado pela pandemia, destacando, de seguida, três questões em que a CNIS está fortemente empenhada em ver vigorar no novo protocolo.

“A formação de grupos de trabalho que tenham um impacto transversal, porque são precisas outras respostas sociais para os idosos e as pessoas com deficiência, porque é preciso ver bem os custos reais e os custos técnicos, porque há um longo caminho a percorrer em termos de cuidados de saúde primários”, revelou, acrescentando: “Por outro lado, são necessárias iniciativas com impacto financeiro, em respostas como o Pré-escolar, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) ou na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). E o terceiro destaque é para a necessidade de avaliação ao funcionamento e financiamento de necessidade de avaliação de funcionamento e financiamento de diversas respostas, tais como a RNCCI ou o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)”.

Por fim, a Direção esclareceu os conselheiros sobre outras matérias, acabando por ser reveladas algumas dificuldades de articulação com o novo coordenador da task force para a vacinação Covid-19, que se tem negado a receber os representantes do Sector Social Solidário.

Continências à parte, “há uma melhor articulação entre Saúde e Segurança Social, mas ainda não é suficiente”, sustentou, a terminar, o presidente da CNIS.

MARCELO REBELO DE SOUSA PARTICIPOU NO CONSELHO GERAL DA CNIS

Presidente reconhece e agradece trabalho d

O Conselho Geral da CNIS já decorria há uma hora quando o Presidente da República apareceu num dos ecrãs da sessão on-line. Sentado na sua cadeira presidencial, com as bandeiras de Portugal e da União Europeia do lado direito, Marcelo Rebelo de Sousa foi adicionado, a seu pedido, ao Conselho Geral Extraordinário da CNIS, realizado via zoom, quando se começava a fazer o balanço de um ano de pandemia nas IPSS.

Na sede da CNIS, no Porto, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Lino Maia, o vice-presidente, Eleutério Alves, o vogal, padre José Baptista, e os assessores Filomena Bordalo e Henrique Rodrigues. A partir de casa cerca de duas dezenas de dirigentes das Uniões Distritais, e os restantes assessores da Direção da CNIS.

O presidente da CNIS fez uma introdução sobre os números e as incidências da pandemia e da vacinação nas IPSS, passou a palavra a Maria João Quintela, colega de direção, que os esmiuçou ainda mais e, durante 20 minutos, o Chefe de Estado ouviu atentamente sem intervir.

Quando lhe coube falar, Marcelo Rebelo de Sousa cumprimentou os “dirigentes e representantes de milhares e milhares de instituições de solidariedade espalhadas por todo o país”, explicando que tinha solicitado este encontro virtual ao presidente da CNIS, esperando que em Maio ou Junho seja possível o encontro presencial com muitos mais dirigentes. Seguidamente, o Presidente fez uma intervenção, sem interrupções, em jeito de mensagem de agradecimento aos dirigentes das IPSS.

“Eu acompanhei desde a primeira hora o vosso serviço a Portugal. Todos fomos surpreendidos pela imprevisibilidade e a violência da pandemia. Não estávamos preparados para ela, mas não estava ninguém verdadeiramente preparado para ela. A curta preparação que foi feita, de um ou dois meses, revelou-se claramente insuficiente para pôr de pé na Saúde, como na articulação entre a Saúde e a Solidariedade Social, todos os meios, capacidades e recursos e, mais do que isso, toda a capacidade de antecipação de planeamento e de resposta que a pandemia veio exigir. Nós reagimos pensando que ia ser uma pandemia para alguns curtos meses, três, quatro, cinco, no máximo seis meses. A própria Comissão Europeia o cálculo que fez para o Plano de Recuperação e Resiliência baseava-se no pressuposto de que a pandemia iria até ao fim do verão ou começo do outono do ano passado. Estamos agora a caminho da Primavera e vivemos ainda em pandemia.

Isto quer dizer, portanto, que houve uma primeira fase, chamemos-lhe primeira vaga, em que a resposta foi aquilo que aqui foi recordado. Foi uma resposta de improviso e de sacrifício total na ausência de meios de proteção sanitária, para os utentes, para os trabalhadores, para os responsáveis das vossas e de outras instituições sociais da estrutura da saúde, quer da estrutura pública quer da estrutura não pública, social e privada.

Foram tempos dramáticos. Eu lembro-me de ter acompanhado com cada um dos 308 presidentes de câmara. E era dramático pensar que se exigia a quem era responsável que ignorasse a lei para poder

acorrer às necessidades do dia a dia. Eu próprio dei cobertura, e comigo membros do governo, a decisões que obviamente eram de duvidosa legalidade, porque não era possível abrir concursos, porque não havia tempo para processos longos, porque era necessário recorrer às figuras mais diversas, aos apoios mais inesperados, às dedicações mais avulsas. E aí a capacidade de resposta da vossa parte foi muito corajosa.”

A coragem dos dirigentes, segundo Marcelo, deveu-se à tomada de decisões num tempo em que não havia referências, a articulação entre a Saúde e a Solidariedade era precária e a articulação dos níveis nacional, regional e local era inexistente. “Praticamente todo o primeiro estado de emergência foi vivido a construir mecanismos improvisados de resposta às necessidades do momento. Foi um esforço monumental acrescido do temor, do susto, da ansiedade, da angústia, de não saber exatamente o que fazer e como fazer.”

O Presidente da República falava sem recurso a ponto, de forma espontânea, dando prova de que acompanhou de perto a situação da pandemia nas IPSS. Lembrou o início, em Março, quando muitos dos responsáveis permaneciam nas instituições para reduzirem o risco de transmissão da covid-19. E dando prova de que conhece bem o sector social solidário, Marcelo Rebelo de Sousa lembrou que muitas das instituições “pela sua dimensão e inserção a nível local, além de insubstituíveis, recorrem a um número muito limitado de protagonistas que são ao mesmo tempo dirigentes, gestores, técnicos, trabalhadores, têm familiares ou conhecidos utentes. Há um tecido social que faz com que as abstrações estatísticas, de Lisboa, não tenham a ver com realidade.” E o presidente continuou referindo que “mesmo os departamentos ministeriais supostamente mais sofisticados tinham um conhecimento digital razoável das instituições, mas tinham um conhecimento presencial pobre.”

Quando terminou a primeira vaga pensava-se que o pior teria passado. No entanto, agravou-se a situação na região de Lisboa e Vale do Tejo e piorou a situação nos lares. Na transição da primavera para o verão viveu-se um sufoco nalgumas instituições. Foi um verão problemático e, entretanto, chega a segunda vaga mais cedo do que se podia imaginar. “No vosso caso liga-se num todo contínuo a uma realidade vivida ininterruptamente desde março/abril até à chegada do outono e o grau de exigência, de exaustão, de dedicação, ainda reforçada de capacidade e recursos foi enorme. E sempre com a administração central a correr atrás do prejuízo, sempre com o Estado a enfrentar a situação com atraso, com respostas insuficientes. Foi essa realidade que se prolongou praticamente até final do ano de 2020. E depois todos em conjunto, todos vivemos a problemática da terceira vaga.”

O Presidente da República fez questão de sublinhar que considera que as instituições aprenderam com o período anterior e geriram bem a transição para a terceira vaga, tendo em conta a limitação de meios, o tempo decorrido e o facto de haver um esgotamento dos recursos humanos. E eis-nos chegados à evidente necessidade de acelerar a testagem e acelerar a vacinação. O plano de vacinação

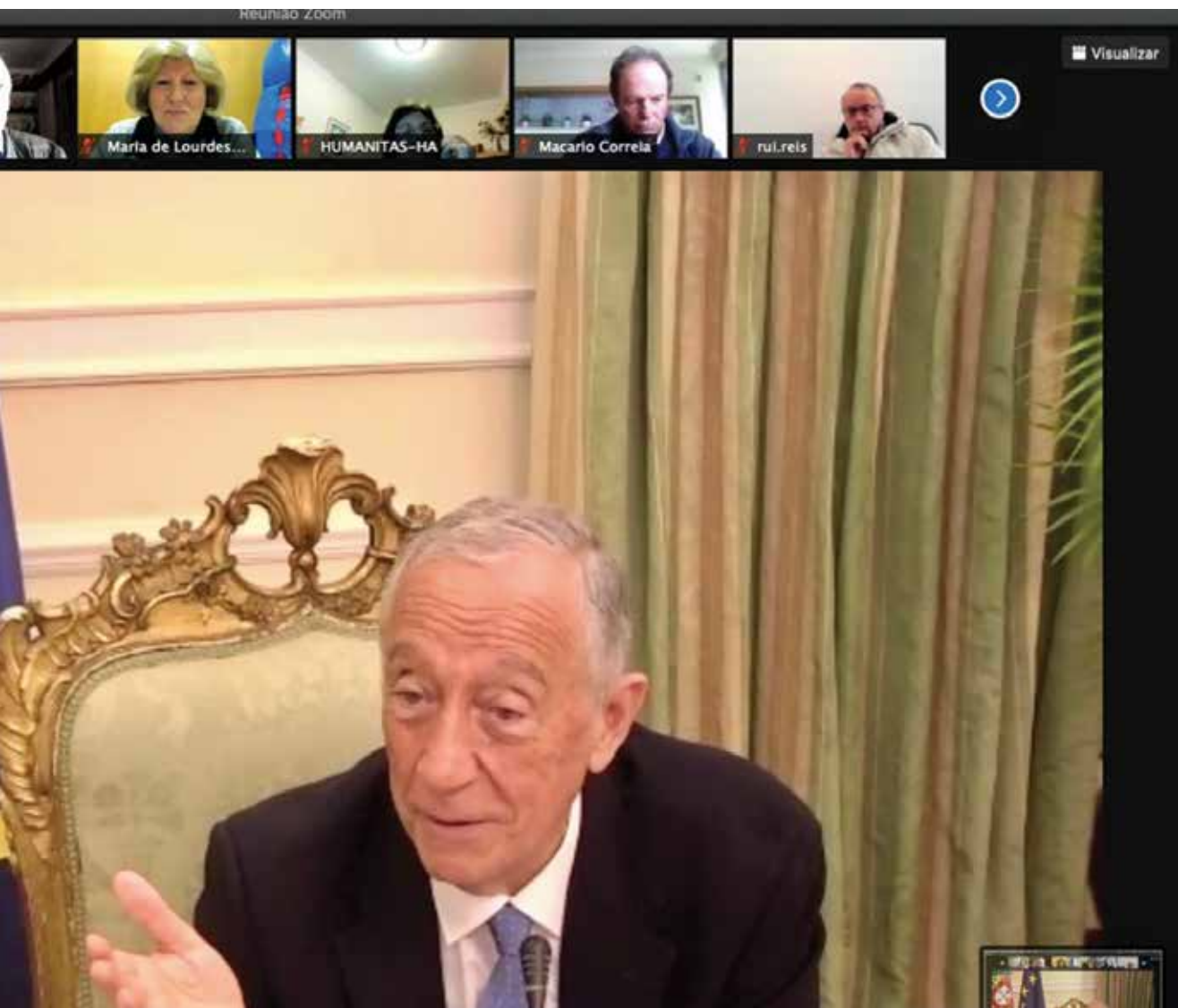


foi envolto num manto de dúvida em relação aos critérios, de incompreensão em relação à escassez de vacinas e de suspeita em relação aos métodos. Marcelo não evitou o tema, bem pelo contrário.

“Não obstante o que aconteceu, no que vos respeita foi, de facto, uma situação desagradável sobre a qual eu falei com o padre Lino Maia porque, no fundo, o Estado no vosso caso como noutros casos se comprometeu com uma realidade que depois verificou que eram de difícil cumprimento.”

Em relação à vacinação dos dirigentes ativos, conceito elencado e sempre defendido pelo presidente da CNIS, o Chefe de Estado manifestou total solidariedade. “Refiro-me nomeadamente à vacinação de quem está, no dia a dia, em contacto com as instituições. É tão importante quanto são os utentes e uma parte significativa dos trabalhadores até pela característica própria dessas instituições. Isso foi um desentendimento e um estrangulamento desnecessário, mas têm que compreender que foi um de vários, num momento em que, de repente, se descobre que ia haver uma falta de vacinas que ia atingir vários sectores. Numa ocasião em que, o que também é muito português, se percebe que as estruturas que estão a querer intervir não têm capacidade para intervir. Mas, teimosamente insistem em intervir. Isto é muito português e muito corporativo. Corporações, Direções-gerais, Ministérios, estruturas que insistem em que elas e só elas devem proceder ao rastreio, quando não têm capacidade.

os dirigentes das IPSS durante a pandemia



E perde-se um a dois meses no alargamento dos rastreadores. Ou não têm capacidade para fazerem operar logisticamente certas fases da vacinação. Enfim, com o atraso que nos é proverbial, corrige-se e a correção significa algum atraso e significa alguma angústia, perplexidade, alguma preocupação. Isto foi o passado que resumi em poucas palavras.

Todos os dias o padre Lino Maia teve que fazer omeletes sem ovos. Todos os dias o padre Lino Maia, as vossas instituições, tiveram que fazer sopa de pedra. Por estranho que pareça os departamentos da administração, a todos os níveis, tiveram de atuar da mesma maneira e às vezes isso agravava, não tanto pela falta de diagnóstico, mas pela teimosia em aplicar a terapêutica.

Como imaginam, ponham-se na minha posição que foi a de saber tudo isto e em relação às vossas instituições, misericórdias, autarquias, hospitais públicos, centros de saúde, à articulação com os hospitais privados, com as estruturas sociais... Imaginam verdadeiramente o que é o quadro geral da situação vivida ao longo de um ano de pandemia.”

Marcelo Rebelo de Sousa falava há mais de 20 minutos no Conselho Geral da CNIS. Fez uma retrospectiva de um ano de pandemia com o foco nas IPSS. Chegou ao presente desejando que haja um final feliz. Os números da desgraça recuam de forma surpreendentemente rápida, mas o Presidente pede precaução para evitar erros ou precipitações. Está em vias de ser apresentado um plano de

desconfinamento que se espera venha a ser bem sucedido.

“Estamos naquele momento em que os acertos têm que ser cirúrgicos, ponderados e, apesar dos planos alternativos, se deve fazer tudo para evitar falhar no plano que vier a ser definido como prioritário. Eu sei que isto deve estar relacionado com uma realidade que tem estado ausente, que respeita à saúde mental e ao relacionamento social muito importante nas vossas instituições, nomeadamente no relacionamento familiar. Eu sei que o mais depressa que seja possível, querem reatar, com segurança, aquele mínimo de relacionamentos cuja inexistência tem um custo incalculável. Os custos humanos, psicológicos, sociológicos, sociais, estão por calcular. O presente é isto. É inseparável do futuro imediato.”

Nada voltará a ser igual, anuncia o Presidente aos cerca de trinta participantes on-line no Conselho Geral da CNIS. E já virado para o futuro, Marcelo fala da bazuca europeia, do dinheiro que aí vem, advertindo para o risco de se pensar que o dinheiro resolve tudo por si só.

“É preciso que haja a ideia que a resposta a esta crise provocada pela pandemia tem que ser uma resposta social. Supõe investimento em áreas económicas, pôr a funcionar aquilo que está congelado ou almofadado por apoios a empresas ou a trabalhadores, mas tem de ir para além disso. As pessoas são muito mais do que isso. O sector social é

um dos mais atingidos se não houver visão global. Serão todos os portugueses. São atingidas as estruturas de saúde, as famílias, as comunidades locais, tudo isso é atingido. Portanto, este plano não pode ser apenas um plano de recuperação, mas tem que ser de reconstrução. Nós não vamos querer voltar a 2019 ou princípio de 2020. Isso não existe. Temos que retirar as lições do que aconteceu entretanto e colocar as pessoas e as comunidades na situação em que estariam se não houvesse a pandemia, sabendo aquilo que sabem depois de a terem vivido.”

A parte final da intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa foi de agradecimento aos dirigentes sociais.

“Aqui entra a minha palavra mais importante. Foi por ela que eu quis estar presente hoje. Para vos agradecer. É evidente que o grande agradecimento que vos é feito é nas vossas terras, pelos vossos conterrâneos, pelos vossos utentes, pelos maridos, netos, pais, filhos dos vossos utentes, pelos familiares dos vossos trabalhadores, pelas gentes das vossas terras, as grandes, as médias e as pequenas. São todas grandes, todas iguais em direito a tratamento, consideração e apoio. Essa é a grande gratidão, mas eu penso que é preciso que o país vos agradeça como um todo porque já na crise da troika o tecido social resistiu porque o sector social desempenhou um papel insubstituível. O Estado não chegava lá.”

Já perto do final da intervenção, que durou cerca de 40 minutos, o Presidente da República recordou, uma vez mais, a importância insubstituível das IPSS.

“Isto para vos dizer que o vosso papel não só é insubstituível como é fundamental na sociedade portuguesa. É fundamental, vai ser fundamental e será, a meu ver, cada vez mais fundamental. Esse reconhecimento importante, que está na reação popular mas, às vezes, não está num ou noutro comentador ou num ou noutro círculo político de Lisboa, é que eu vos queria reafirmar. Ao mesmo tempo que vos digo, não podendo dizer a cada instituição de per si, que vos incentivo para aquilo que, às vezes, é o mais difícil na vida: que é acabar bem o processo longo e complicado. Parece o mais fácil mas não é. O mais difícil é o fim daquele período e para isso têm que manter a mesma energia, a mesma determinação e a mesma noção de que são fundamentais. Todos os dias devem começar os vossos dias dizendo-se sem egocentrismo excessivo: Nós somos fundamentais, para este município, para estas freguesias, para esta região, para este país. Nós somos fundamentais. Ninguém faria aquilo que estamos a fazer. Não têm aquilo que necessitavam, muitas vezes não têm, não têm a atenção e a compreensão de quem devia entender-vos e compreendê-los. Não têm. O Estado está longe de mais.”

Faltavam as despedidas de um Presidente que, pela primeira vez, participou numa reunião do Conselho Geral da CNIS, a seu pedido, para fazer questão de dizer obrigado a todos os dirigentes das IPSS de Portugal.

“Em suma em alonguei-me um pouco porque em rigor já não falamos disto há muito tempo e a pandemia tem demorado muito tempo na vida de todos nós. Agradeço-vos e estimulo-vos a continuar. Um grande abraço para todos.”

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Um ano de pandemia e o Plano de Recuperação e Resiliência

Completou-se um ano desde que o Covid-19 entrou no nosso País. Nestas circunstâncias é normal surgirem os mais diversos balanços sobre as consequências que o fenómeno teve para as nossas vidas, para o País e para o Mundo.

Na minha opinião a maior consequência da pandemia foi a perda significativa de liberdade. De facto, nunca imaginámos que gestos tão simples como beijar um neto, conviver com amigos ou até sair à rua nos seriam coartados. Os jovens e as famílias sofrem com o fecho das escolas. No plano da economia, apesar dos apoios concedidos, teme-se o pior. Há muita incerteza sobre como é que vão ser geridas as moratórias de dívidas das empresas e das famílias. A insegurança no emprego cresce. As desigualdades aumentam entre países e dentro dos países. O Professor Carlos Farinha Rodrigues, especialista reconhecido nos assuntos da pobreza, alerta para o facto das famílias, ao contrário de outras crises, não terem desta vez a válvula de escape da economia informal. Em suma, teme-se por uma crise social de elevada dimensão.

Mas neste ano também aprendemos muito. Concluímos que podemos viver com menos acesso a determinados bens e serviços que antes considerávamos essenciais, e afinal não o são. Compreendemos que o posto de trabalho que era ocupado no local físico da empresa pode ser desempenhado em casa. Percebemos que a evolução científica e tecnológica é muito preciosa e responde às necessidades mais urgentes. No princípio diziam que seriam precisos três anos para surgir uma vacina, mas a verdade é que em menos de um ano já temos várias a ser administradas. Mas a mais importante da lição deste ano é termos percebido que a solução para a pandemia passa por um esforço que a todos mobiliza, seja Estado, empresas, instituições públicas ou privadas e cidadãos. Nunca a palavra solidariedade teve um sentido tão apropriado como no tempo que vivemos.

Perante este enquadramento, o governo fez publicar um plano que designou de Recuperação e Resiliência, ao qual a Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade

Social (CNIS), Confederação das Cooperativas Portuguesas (CONFECOP), União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e União das Mutualidades Portuguesas (UMP) expressaram, de forma conjunta e em documento fundamentado, as suas observações. O Plano de Recuperação e Resiliência corresponde a um exercício proposto pela União Europeia em que são afetados ao nosso País 16,4 mil milhões de euros para serem aplicados em três dimensões distintas: uma dimensão de resiliência que envolve fundamentalmente os setores da saúde, habitação e do apoio social, uma outra de transição climática e uma terceira designada de transição digital. Outra característica deste Plano é a urgência posta na sua execução. Para dar uma ideia, 70% das aprovações dos projetos nele contidos terão de ser aprovadas em 2021 e 2022, e os restantes 30% em 2023.

O maior risco deste Plano é ser transformado em cheques dados aos ministérios e não aos agentes económicos e sociais que atuam no terreno. Nesse sentido, as observações críticas feitas ao Plano pelos representantes das Instituições Sociais são muito justas e assertivas. Apresentam propostas para todas as três dimensões do Plano, nas áreas da saúde, habitação, nova geração de equipamentos sociais, pobreza, reforço de qualificações e competências, mobilidade sustentável, eficiência energética de edifícios e em novos suportes de comunicação e interação entre organizações, utentes e suas famílias, telemedicina e meios tecnológicos de acompanhamento e segurança de pessoas isoladas e mais vulneráveis,

Os argumentos usados são muito fortes. Passo a citar um parágrafo do texto remetido ao governo: "Estamos no terreno com proximidade e capacidade de reduzir custos e economizar recursos. Estamos no terreno com grande envolvimento de profissionais, a quem damos emprego e que, por isso, se fixam em regiões demograficamente deprimidas, estamos presente na vida de milhares de crianças, contribuindo para o seu desenvolvimento harmonioso, com uma educação intelectual, cívica e moral. Estamos,

como poucos, habilitados a cuidar da deficiência garantindo o seu bem-estar e integração na sociedade. Estamos na linha da frente no cuidado social a uma população envelhecida e com crescentes patologias degenerativas. Estamos no terreno nos cuidados de saúde onde uma experiência de séculos nos responsabiliza a serviços de excelência."

Porque a urgência na execução de projetos é essencial faria todo o sentido, neste Plano, privilegiar as entidades que têm provas dadas na ação no terreno. Por isso, dificilmente se pode compreender, também face à dimensão dos problemas, a escassez de verbas atribuídas à área social

A respeito de ação no terreno e qualidade de serviços prestados, os dados de um ano de pandemia mostram que o número de óbitos nos lares de idosos, em Portugal, foi de 3750, o que corresponde a 22,9% do total de óbitos no País. No caso das Misericórdias essa percentagem foi ainda menor, 10,6%. Em países supostamente mais ricos que o nosso, como é o caso da Bélgica, Canadá, França, Irlanda ou Noruega, e segundo um estudo feito pela London School of Economics, a percentagem de óbitos nos lares em relação ao total de óbitos desses países situou-se entre os 42% e 57%, isto é, o dobro do nosso País. Em Espanha, a RTVE e o jornal La Vanguardia divulgaram que a percentagem de óbitos em lares em relação ao total andou à volta dos 70%. O canal de televisão France 24 noticiou que a mesma percentagem, em França, foi superior a mais de 34%.

Apesar das insuficiências de meios e recursos e da fraca articulação entre os ministérios da Saúde e da Segurança Social, estes resultados, quando comparados com instituições congéneres por toda a Europa, mostram que as instituições sociais de cariz voluntário do nosso País se tornam credoras da maior confiança e de alta credibilidade para rentabilizar os investimentos da sua responsabilidade. Por isso, deveriam ser tratadas de modo mais preferencial no Plano de Recuperação e Resiliência, o que não acontece.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Desconfinar a alma

1 – Fez por estes dias um ano que a pandemia entrou no nosso País.

Os números – esse vício que nos agarra diariamente aos noticiários da televisão, ou ao site da Direcção-Geral da Saúde, a tentar vislumbrar um sinal positivo, mesmo que precário e incerto, como tudo parece ser nestes dias de chumbo – os números (repito), quer dizer, as trágicas estatísticas que dissolvem cada dor ou cada luto concreto, inverteram, nas últimas semanas – é um facto! – a vertigem do mês de Janeiro, que nos conduziu ao pouco abonatório lugar do fundo na comparação com os demais países.

Na verdade, entrado Março, afigura-se como uma possibilidade séria um novo ensaio – como no Verão passado –, de regresso a uma relativa normalidade.

Mas também não é seguro que assim seja.

Nos últimos dias, deixou-se transparecer a ideia de que, embora o Presidente da República convirja com o sentimento dominante, no sentido de iniciar o chamado desconfinamento – embora aos bochechos, como diria o antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça –, o Governo estará mais reticente, não querendo correr o risco de repetir o erro que nos levou à tragédia de Janeiro passado. No que é acompanhado pelos especialistas, ou pela maior parte deles, que diariamente concorrem com os jornalistas nos noticiários televisivos e que já são quase da família, com lugar permanente à nossa mesa.

Logo mais veremos para que lado se inclina a decisão sobre essa reabertura parcial à nova normalidade; mas uma coisa é certa: as estatísticas não têm sido tão sinistras, e isso aparece como uma aragem, para quem quer sair do pesadelo.

É talvez temeridade minha pretender tirar já algumas notas, ou conclusões, deste tempo que não pensáramos passar, tendo em conta que não estará para já o fim da pandemia.

Mas, no esforço imenso de reconstrução que vai ser necessário levar a cabo para ultrapassar os efeitos da crise, seja no plano sanitário, seja no plano social, seja no plano económico, haverá porventura vantagem em ir estabilizando algumas ideias e consolidando certas conclusões – para não debater tudo desde o início, quando chegar o tempo de recuperarmos o nosso País.

É certo que, como sempre acontece, e com mais força ainda após fracturas sociais como aquela em que ainda estamos, não faltará quem queira construir um mundo novo, desde os alicerces, renegando a herança das anteriores gerações, como se tal fosse possível, ou desejável.

Como se se pudesse fazer um “delete” do passado.

Com efeito, tempos cataclísmicos induzem por vezes utopias salvíficas, de transformação radical do mundo que nos coube – e as experiências passadas não são de molde a imitar-lhes os meios e os propósitos.

Como diria o Eng.º António Guterres, quando foi sagrado Primeiro-Ministro, a mudança quer-se tranquila.

2 – Voltemos então ao que é legítimo dar como mais ou menos adquirido, nesta precariedade difusa que marca os dias de hoje.

O processo de vacinação nos lares, que tem corrido bem, permite ter a esperança, e a expectativa, de já não variarem muito, do ponto de vista da letalidade, e em sentido negativo, os indicadores actuais.

Claro que cada morte é irremediável – e, nem agora, nem quando a pandemia nos deixar, ninguém nos trará de volta os que foram por ela ceifados.

Serão sempre muitos; serão sempre demais...

Mas, se tivermos em conta que esta peste atinge com maior gravidade principalmente os mais velhos, e quando pensamos para o futuro, não podemos deixar de recordar que, apesar de tudo, os efeitos mortais nas pessoas residentes em lares não foram tão devastadores em Portugal como o foram nos demais países.

Portugal ficou, durante a presente vaga pandémica, no pior lugar no concerto das nações; mas é ao mesmo tempo o país onde a proporção das mortes em lares de idosos é menor.

Não há acasos: é legítimo pensar que, se temos um modelo de funcionamento e gestão das respostas sociais – designadamente do que aqui trato, a protecção dos mais velhos –, que é singular no concerto das nações; e se, nesse contexto, apresentamos resultados menos sinistros do que os demais países no volume dos casos fatais, decerto haverá relação de causa e efeito entre as duas constatações.

Não foi novidade; já o sabíamos. Mas parece fora de causa que o facto de a rede capilar de respostas e serviços de protecção social que asseguram entre nós essa obrigação do Estado estar confiada, na sua maior parte, às Instituições de Solidariedade é a razão diferenciadora de tais resultados: pela proximidade dessas Instituições às pessoas, e pela sua adaptabilidade a contextos novos ou imprevistos.

Mas isto, que parece linear, no que tem de sinal de menor margem de risco de vida nos lares de idosos portugueses do que nos dos outros países, não tem sido referido como uma característica a valorizar, no universo comunicacional.

Ora, na verdade, devia sê-lo – até para elevar o ânimo.

Sejamos francos e claros: as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm constituído, de par com as estruturas do SNS, uma das principais frentes de combate aos efeitos do vírus: quer na manutenção da vida, da saúde e do bem estar dos seus utentes mais velhos ou portadores de deficiência; quer na manutenção da rede de respostas de referência para atendimento em creche ou jardim de infância para filhos de trabalhadores afectos aos serviços essenciais ou com necessidades educativas especiais.

Mas esse labor não tem tido eco na comunicação social.

É certo que as Instituições de Solidariedade tendem à discricção, não tendo por hábito nem por feito andar na praça pública a vangloriar-se das



suas acções – como é corrente noutros registos.

Trata-se de um trabalho as mais das vezes silencioso, minucioso e diário.

Mas agora, nesta crise, era impossível não o ver.

Tenho ouvido o Presidente da República, o Primeiro Ministro, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social reconhecerem a qualidade e intensidade dessa indispensável participação, das Instituições e dos seus dirigentes, neste combate que é nacional – e que é de vida ou de morte.

Percebe-se: essas Autoridades têm acompanhado, por dentro, e sem viseiras, o que tem sido a participação de todos nesse combate.

Mas a comunicação social, principalmente a televisão, e os seus comentadores vitalícios, só têm falado das IPSS por más razões; mais precisamente, por não-razões.

(Ainda agora a Ordem dos Médicos veio defender como devida a vacinação prioritária dos estudantes de Medicina, a pretexto de partilharem o espaço das instalações dos hospitais universitários – utilizando o mesmo argumento (a partilha de instalações) que lhe serviu para atacar e ofender as instituições que entenderam, e bem, vacinar todos os colaboradores que partilhassem as instalações dos lares.

Parece que ninguém deu conta da incoerência dessa corporação.)

3 – Às vezes, parece-me que ando há 40 anos a escrever sempre o mesmo; e talvez ande ...

Dizem que é normalmente assim: escrevemos e rescrevemos sempre o mesmo texto, obedecendo à mesma gramática, andando às voltas, sem sair do sítio onde ficáramos.

Mas é também assim porque as ameaças são sempre as mesmas ...

Já há quem sugira virar tudo do avesso, no que ao nosso modelo de protecção social respeita.

(Ainda se fosse um branco de Baião ...)

É como as sezões: parece que o corpo está bem, mas, de repente, vem de novo a febre.

E a teimosia ...

Post Scriptum – Comemoram-se os 100 anos do PCP.

É obra!

Tem tratado o Sector Solidário como quem o conhece.

E não lhe passam despercebidos o pulso e a realidade do País.

S. MIGUEL, BRAGA E GUIMARÃES

Associações de paralisia cerebral apostam na criação de novos espaços e de mais respostas



As associações de paralisia cerebral de São Miguel (Açores), Braga e Guimarães começaram o ano de 2021 com a concretização de novos espaços físicos.

No passado dia 17 de fevereiro, em São Miguel, arquipélago dos Açores, a direção da instituição local procedeu a uma visita à obra de construção do Centro de Paralisia Cerebral.

“Muito orgulho e esperança no futuro”, afirmou Teresa Mano da Costa, da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel, lembrando que se trata de um projeto que “irá mudar muitas vidas em breve”.

O investimento é superior a três milhões de euros, terá a sua conclusão em abril de 2022 e agrupa um Lar Residencial, apoio em regime ambulatório, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Centro de Atividades de Tempos Livres e Intervenção Precoce, um conjunto de valências que se prevê venha a abranger um total de 107 utentes.

Dois dias depois de São Miguel, foi Braga que anunciou a abertura da nova sede da instituição, promovendo uma visita guiada às obras em curso. A data prevista para conclusão da intervenção aponta para o final de 2021, não



sendo ainda certo se a obra ficará concluída em setembro ou outubro.

O novo edifício da Associação de Paralisia Cerebral de Braga (APCB), em construção em Amares, permitirá criar um lar (com capacidade para 30 camas) e aumentar a capacidade do CAO (de 16 para 30 utentes). No novo espaço existirão também serviços de fisioterapia, terapia da fala ou terapia ocupacional, assim como hipoterapia (num “picadeiro” que já está a funcionar desde julho de 2020). O edifício terá também piscina (para fins terapêuticos) e um ginásio.

Segundo Luís Gonçalves, presidente da Direção da APCB, a obra representa um investimento total superior a quatro milhões de euros.

No dia 23 de fevereiro, na cidade-Berço, foi lançada a primeira pedra da obra de ampliação da Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG). Coube a Domingos Bragança, presidente da autarquia, assinalar o momento simbólico que prevê o aumento das respostas sociais da instituição local.

Joaquim Oliveira, responsável da APCG, sublinhou a “necessidade da obra, pois vai permitir dar uma resposta substancial a utentes que estão em lista de espera”.



Com a ampliação da estrutura, a APCG vai registar um aumento de 30 lugares no Centro de Atividades Ocupacionais e mais 24 camas na valência de Lar, o que, em termos práticos, se traduz na duplicação da atual capacidade. A obra tem um orçamento de 1,3 milhões de euros e conta com o apoio do programa Norte 2020.

Abílio Cunha, presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), assinala com “inegável satisfação” este conjunto de obras a serem desenvolvidas.

“Mesmo em tempos difíceis há que realçar a coragem de se querer fazer algo, criando um conjunto de equipamentos que irão, certamente, melhorar a qualidade vida pessoas com paralisia cerebral e aumentando valências e abrangência de intervenção”, refere, não deixando, ainda assim, de lamentar a ausência de respostas formais a outros projetos que algumas associadas pretendem realizar: “Tenho conhecimento que há mais associações de paralisia cerebral no país que se candidataram a obras apoiadas pelo programa PARES. Infelizmente, ainda não se tem conhecimento dos resultados de tais candidaturas, facto que desde já lamento...”.

ESPAÇO T, PORTO

«Poesia e Interculturalidade» no Dia Mundial da Poesia

No Dia Mundial da Poesia, o Espaço t promove o evento «Poesia e Interculturalidade», a realizar no dia 21 de março, às 16h00, com transmissão direta no Facebook da instituição.

Nesse dia, realizar-se-á uma palestra/conversa sobre «Poesia e Interculturalidade», com convidados nacionais e imigrantes.

Serão lidos, declamados e cantados poemas escritos por autores de várias origens e

nacionalidades.

Esta iniciativa surge no âmbito do projeto «O Meu País no Teu», que é cofinanciado pelo FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração e pretende dar a conhecer as criações artísticas e a cultura de nacionais de países terceiros que residem em Portugal, como forma de promoção da convivência ao nível local e a sensibilização e promoção da cultura dos países de origem.



UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Eleitos os novos órgãos sociais para o quadriênio 2021-2024

No passado mês de fevereiro, a União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA) elegeu os órgãos sociais para o mandato 2021-2024, continuando a Direção a ser presidida por João Canedo.

Para o novo quadriênio, a cujas eleições apenas concorreu uma lista, os órgãos sociais são compostos por:

Assembleia Geral:

Presidente - João Maria Mendes (Cozinha Económica); 1º Secretário - Luís Pedro Pimentel Pereira (Cáritas da Ilha Terceira); 2º Secretário - Hélder Miranda Alexandre (Irmandade de S. Pedro Advíncula). Suplentes - Vera Lúcia Araújo de Lacerda (Lar Criancinhas da Horta); Hélder Manuel de Sousa Mendes (Centro Social e Paroquial da Sé); Fausto Jorge de Carvalho Dâmaso (Centro Comunitário de S. Brás).

Conselho Fiscal:

Presidente - José Manuel Matias Tavares Rodrigues (Mãe de Deus); Vogal - Helena Melo Rocha (Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ponta Delgada); Vogal - Sandra Amaral de Andrade (Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo). Suplentes - Dário Fernando Rodrigues Vaz (Mãe de Deus); Maria Beatriz Filipe Esteves (Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ponta Delgada); João Carlos Resendes Carreiro (Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo).

Direção:

Presidente - João Manuel Baptista Canedo Reis (Lar D. Pedro V); Vice-presidente - João Manuel Machado Enes (Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores); Secretária - Maria de Fátima Pimentel Alves Homem (Centro de Apoio à Deficiência);



Tesoureiro - Luís Manuel Mendes Leal (Irmandade do Livramento); Vogal - Paulo Dias Almeida (Centro Infantil de Angra do Heroísmo). Suplentes - Luís Miguel Almeida Dias (Confederação Operária Terceirense); Henrique Ferreira dos Santos (Centro Social e Paroquial de Nossa Sra. do Pilar das Cinco Ribeiras); Paulo Manuel Pacheco da Silveira (Casa de Repouso João Inácio Sousa); Maria da Conceição Sousa Menezes (Centro de Apoio à Deficiência); Paulo José Lourenço Paim Barcelos (Santa Casa Misericórdia S. Sebastião).

ASSOCIAÇÃO BAGOS D'OURO

Campanha de angariação de 20 amigos para apoiarem 20 famílias

A Associação Bagos d'Ouro tem em curso mais uma campanha de angariação de amigos para a instituição, sob o lema de “não deixar ninguém para trás”.

O desafio/objetivo é conseguir 20 novos Amigos Bagos d'Ouro, para apoiarem outras tantas famílias.

Para além disso, a associação propõe-se a atingir ainda os seguintes objetivos: Garantir que todas as crianças e jovens Bagos d'Ouro têm acompanhamento escolar e cumprem o seu compromisso anual Bagos d'Ouro; envolver voluntários de referência que, “de um

para um”, ajudarão a orientar o caminho e a capacitar as crianças e jovens apoiados, através do programa «Enreda-te Digital»; garantir a capacitação digital das crianças e famílias Bagos d'Ouro; garantir a promoção da leitura e incentivar a criatividade através do programa «Sítio dos Livros» (alunos do 1.º e 2.º ciclos); garantir a orientação vocacional dos nossos jovens e realizar três edições do Take Action /Realiza-te no Douro (3.º Ciclo, Secundário e Universitários); implementar todas as oportunidades educativas necessárias à promoção do sucesso escolar das crianças

e jovens Bagos d'Ouro; renovar 15 espaços de estudo em casa das crianças e jovens apoiados.

Para ajudar é muito simples, basta tornar-se amigo, dar a conhecer a Bagos d'Ouro a amigos e familiares e acompanhar o trabalho da instituição.

Por seu turno, a Bagos d'Ouro compromete-se a “trabalhar diariamente na construção de futuros de sucesso para as crianças e jovens do Douro, garantindo que ninguém fica para trás”, tudo “para que as grainhas de hoje sejam os Bagos d'Ouro de amanhã”!

OBRAS SOCIAIS DO PESSOAL DA CM E SM DE VISEU

IV Seminário Internacional Alzheimer e outras Demências é já a 19 de março

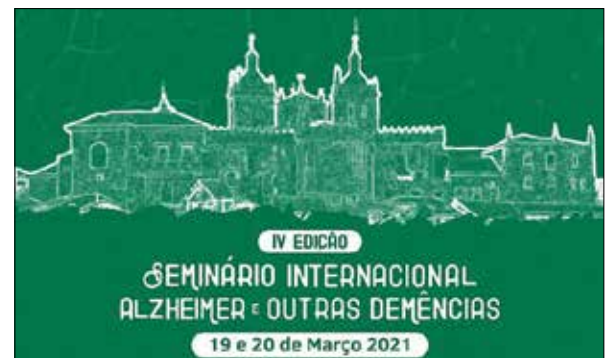
O IV Seminário Internacional Alzheimer e outras Demências: Conhecer, Compreender e Intervir realiza-se nos próximos dias 19 e 20 de março, em modalidade online, e é organizado pela Escola Superior de Educação de Viseu, em parceria com as Obras Sociais do Pessoal da CM e SM de Viseu.

A edição deste ano focará os desafios acrescidos que a pandemia Covid-19 está a colocar às pessoas com demência e seus cuidadores.

A pandemia do novo coronavírus é especialmente castigadora para as pessoas mais velhas (Alzheimer's Disease International-ADI, 2020). No artigo «Dementia care during Covid-19», publicado na revista «The Lancet», os autores consideram que é muito mais provável que as

pessoas com demência possam contrair a doença porque têm um acesso muito limitado à informação verídica sobre a pandemia, podem revelar dificuldades em compreender a mensagem e em recordar as medidas de prevenção e segurança para evitar o contágio (a importância de usar máscara, lavagem das mãos...).

Este evento pretende proporcionar um espaço de partilha de evidências científicas e experiências práticas neste âmbito, com vista à reflexão em torno de uma resposta mais integrada e atempada. Incluirá aspetos relacionados com o conhecimento e compreensão desta realidade, mas também a partilha de intervenções inovadoras junto de pessoas com problemas de memória e demência, bem como com cuidadores.



O programa inclui a participação de conferencistas nacionais e internacionais com mérito reconhecido nesta área.

A demência constitui a expressão clínica de várias entidades patológicas, sendo a doença de Alzheimer a mais prevalente.

O aumento continuado do número de casos de pessoas com demência no mundo, três novos casos a cada três segundos, levou a que esta doença fosse considerada uma pandemia silenciosa, num mundo cada vez mais grisalho.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

**SOLUÇÕES
ESPECIALIZADAS
PARA O SETOR
SOCIAL**

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.

 GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

 SERVIÇOS PARTILHADOS

 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

 RESTAURAÇÃO COLETIVA

 RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS

 VENDING

 REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA

 PRODUÇÃO ALIMENTAR

 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

 SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA

 LIMPEZA

 BENEFÍCIOS E INCENTIVOS

 MANUTENÇÃO E GESTÃO DE FACILITIES

 GESTÃO DOCUMENTAL

 TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 088 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

SISTEMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Controlar cadeiras de rodas através do cérebro já é possível

Investigadores da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Tomar desenvolveram um sistema de interface cérebro computador que garante “praticamente 100% de fiabilidade e precisão no controlo de cadeiras de rodas através do cérebro”, segundo foi anunciado em comunicado.

“Pela primeira vez, uma equipa de investigadores do Instituto de Sistemas e Robótica (ISR) da Universidade de Coimbra (UC) e do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) desenvolveu um sistema de interface cérebro computador que garante praticamente 100% de fiabilidade e precisão no controlo de cadeiras de rodas através do cérebro, sem exigir grande esforço mental ao utilizador”.

Segundo a fonte, as cadeiras de rodas guiadas pelo cérebro apresentam-se como “uma solução promissora para pessoas com deficiências motoras graves, que não podem usar interfaces convencionais”.

O sistema proposto pela equipa do ISR e IPT, cujos resultados estão publicados na IEEE Transactions on Human-Machine Systems, “assenta numa nova abordagem que combina três componentes: ritmo personalizado, comandos de tempo ajustado e controlo colaborativo”.

Gabriel Pires, investigador principal do

projeto, citado na nota, esclarece que “no mesmo sistema é possível a ICC detetar automaticamente quando o utilizador pretende ou não enviar um comando, permitindo que este não tenha de estar permanentemente focado, mas sim apenas quando pretende enviar um comando, ao seu ritmo”.

“O tempo para deteção da intenção do utilizador é também ajustado automaticamente para permitir um desempenho constante, sendo por exemplo menos suscetível a desatenções ou fadiga; e, ainda, um controlo colaborativo entre o utilizador e a máquina”, explica.

Segundo o investigador, o controlo colaborativo significa que a cadeira de rodas “tem um sistema de navegação que, por um lado, realiza as manobras finas de navegação, aliviando o utilizador desse esforço, e, por outro lado, corrige/interpreta possíveis comandos errados enviados pela ICC”.

A viabilidade do sistema foi validada em experiências realizadas com seis pessoas com deficiências motoras graves, da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), e sete pessoas sem deficiência (grupo de controlo).

As experiências provaram um nível de

precisão e fiabilidade sem precedentes, superior a 99%”, destaca o investigador do ISR e docente no IPT.

“Na verdade, em alguns conjuntos de experiências obtivemos 100% de precisão com o grupo de controlo e 99.6% com o grupo de pessoas com deficiência motora”, afirma Gabriel Pires.

O responsável reconhece que os resultados mostram, pela primeira vez, que é possível “conceber sistemas controlados por ICCs com elevado desempenho e fiabilidade e controlados de forma natural (sem elevado esforço mental do utilizador e ao seu ritmo) por pessoas com forte limitação motora”.

Para além de Gabriel Pires, a equipa de investigadores é constituída por Aniana Cruz, Ana Lopes, Carlos Carona e Urbano J. Nunes.

A interface cérebro computador foi desenvolvida no âmbito do projeto de investigação e desenvolvimento (I&D) “B-RELIABLE: Métodos para melhoria da fiabilidade e a interação em sistemas de interface cérebro máquina através da integração da deteção automática de erros”, cofinanciado por fundos europeus e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).



SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995

CNT CONTABILIDADE ESNL

UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

IMO IMOBILIZADO ESNL

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC

ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

CP CONTROLO DE PRESENÇAS

ORD ORDENADOS

US UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

GI GESTÃO DE IMÓVEIS

ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA
Rua dos Cipreiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM
www.tsr.pt

IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NAS IPSS E SEUS UTENTES

Estudo conclui que as dificuldades financeiras são o grande desafio

As dificuldades financeiras foram o principal desafio que as IPSS enfrentaram no combate à pandemia, concluiu o estudo da Universidade Católica do Porto, em parceria com a CNIS, e que foi apresentado neste início de março, numa sessão online muito concorrida.

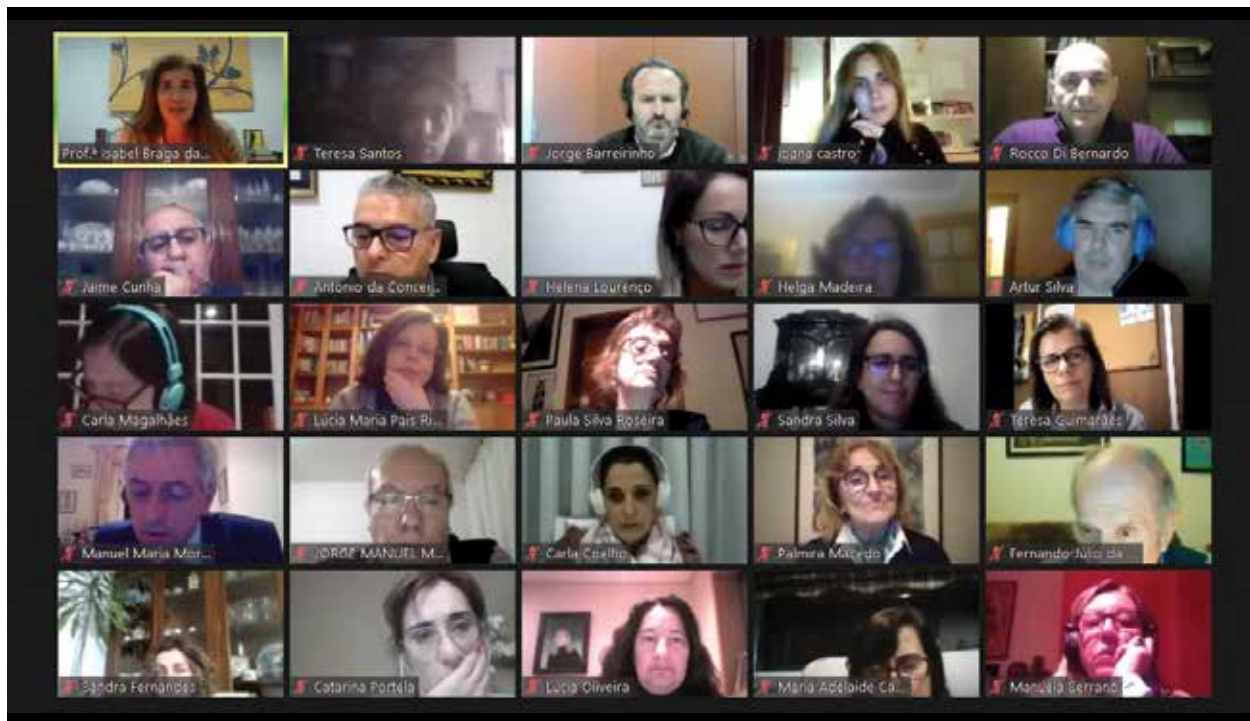
Realizado na ressaca do primeiro embate da Covid-19 em Portugal, o estudo «Impacto da pandemia de Covid-19 nas IPSS e seus utentes em Portugal», elaborado pela Área Transversal de Economia Social (ATES), reuniu oito investigadores com o objetivo de perceber a atuação das IPSS no combate à pandemia e o impacto nas necessidades dos utentes.

A investigação baseou-se nas respostas a um inquérito online de âmbito nacional, feito entre junho e julho de 2020, ao qual responderam 329 IPSS e instituições equiparadas dos vários distritos de Portugal Continental, associadas da CNIS.

Entre as diversas conclusões, o estudo, coordenado pelos docentes Filipe Pinto e Filipe Martins, plasma que as IPSS tiveram três desafios principais para responder às necessidades dos utentes em tempo de pandemia: dificuldades financeiras (62,6%), falta de recursos humanos e/ou com competências suficientes (35,3%) e a implementação dos planos de contingência e manutenção da capacidade de resposta (33,1%).

No entanto, as respostas reportaram ainda mais quatro desafios, a saber: manter a saúde mental de equipas (26,1%), aumento de necessidade de apoio aos utentes e seus familiares (14,6%), limitações físicas ou materiais para cumprir as orientações da Direção-Geral da Saúde (9,7%) e dificuldades de articulação e/ou falta de apoio e/ou orientações da Segurança Social/Saúde ou serviços sociais (4,3%).

Por outro lado, o estudo conclui ainda que o apoio domiciliário aumentou 67,6% durante a primeira fase da pandemia, sendo a resposta



privilegiada para apoiar em especial os idosos privados dos centros de dia, centros de convívio e outras respostas sociais.

O aumento deu-se porque “as equipas que foram suspensas ou encerradas passaram a dar apoio às equipas que faziam apoio domiciliário já existente e/ou, então, aumentaram o número de utentes domiciliários”, esclareceu a investigadora do estudo, Ana Bragança, acrescentando que “o tipo de apoio dentro da resposta domiciliária mais referido foi ao nível da alimentação, higiene pessoal e da casa, socialização, acompanhamento médico e aquisição de bens essenciais”.

Somaram-se ainda outros apoios como o reforço de equipa de trabalhadores, maioria por reorganização de equipas e não por contratação (20,7%), e o reforço de ajuda alimentar (20,7%).

O estudo exploratório da Católica do Porto, idealizado em abril de 2020, partiu de “um conjunto de quatro encontros virtuais de partilha de experiências” entre 60 pessoas do sector, com o intuito de dar visibilidade dos recursos, das necessidades e das respostas inovadoras das IPSS explicou Filipe Martins, lembrando que o que mais os motivou foi a imagem distorcida do trabalho das IPSS que grassava na opinião pública.

O presidente da CNIS elogiou o trabalho produzido, em especial porque põe em evidência as inúmeras dificuldades que as instituições enfrentaram e enfrentam no combate à pandemia, mas também coloca em destaque a criatividade, flexibilidade e proatividade das respostas encontradas pelas IPSS para continuarem a prosseguir a sua missão, que é essencialmente ajudar quem precisa.

SESSÕES ONLINE ENTRE OS DIAS 30 DE MARÇO E 26 DE ABRIL

«Hackathon 2021» para pensar o futuro da Economia Social

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) promove, entre os próximos dias 30 de março e 26 de abril, o evento «Hackathon 100% Colaborativo», uma iniciativa online que visa refletir sobre o futuro da Economia Social.

Nesse sentido, a organização definiu quatro áreas temáticas, em torno das quais se organizarão os diferentes fóruns

A saber: O digital na Economia Social - o papel da transição digital na redução das desigualdades e na promoção da inclusão social; O futuro do trabalho no sector da Economia Social - recrutamento e retenção de quadros para a renovação do sector e intervenção dos mesmos no seu desenvolvimento; A

sustentabilidade da Economia Social - busca de redes alternativas de financiamento de longo prazo que acrescentem valor social, ambiental e económico ao sector; A avaliação de impacto na Economia Social - escalabilidade do efeito positivo do sector e medição do impacto social da mudança provocada.

Cada área temática terá uma sessão online de debate prévio durante o mês de março, para enquadrar os candidatos no tema, tendo em vista a participação posterior no Hackathon, através da seleção de 80 inscrições individuais e da constituição de 16 equipas, cada uma com cinco elementos, correspondendo a quatro equipas por desafio temático.

A iniciativa tem prevista a atribuição de um prémio no valor de 3.750 euros para cada projeto vencedor por área temática, num prémio total de 15.000 euros.

Considerando a pertinência e a atualidade da iniciativa, a qual decorrerá integralmente online entre os dias 30 de março e 26 de abril de 2021, e que integra como parceiros, entre outros organismos, o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e a CASES, apela-se à adesão e participação do sector da Economia Social.

Mais informações sobre o Hackathon, bem como o formulário de inscrição, poderão ser encontrados no sítio da SCML na internet.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O paradoxo da riqueza e o caso a favor da sua tributação

O mundo do capitalismo avançado vive hoje num paradoxo terrível.

A crise financeira de 2008/2009 obrigou a uma intervenção massiva dos governos através da política orçamental e através da política monetária.

Embora a resposta inicial dos governos à crise financeira de 2008/2009 tenha sido robusta em matéria de estímulo orçamental a verdade é que, em pouco tempo, os decisores de política económica entraram em pânico com o crescimento dos deficits e da dívida pública, retiraram os estímulos demasiado cedo e foi o que se viu – os portugueses que o digam!

Quando estávamos ainda longe de superar as consequências da crise de 2008/2009 caiu-nos em cima a pandemia.

Mais uma vez as respostas da política orçamental e da política monetária foram robustas e, pelo menos até agora, os decisores de política económica não entraram em pânico e o modo geral não é de retirar prematuramente os estímulos orçamentais, pelo contrário, a tendência é de reforço do empurrão fiscal. Nos Estados Unidos, por exemplo, discute-se a possibilidade de um pacote fiscal de 1,9 triliões de dólares.

A política monetária, por seu lado, continua acomodaticia, com taxas de juro em território negativo em várias geografias e em maturidades que julgaríamos impensáveis.

Por exemplo, as taxas de juro alemãs a 30 anos estão em negativo, Portugal emitiu recentemente a 10 anos com juros negativos e até a Grécia tem taxas negativas nas maturidades mais curtas.

Podemos dizer que os governos e os bancos centrais não tinham ou têm alternativa, ou seja, as consequências de não fazer nada seriam de tal modo dramáticas no plano económico e social que nem sequer verificamos a existência de contestação política significativa.

Não é garantido que continue a ser assim. Por exemplo, nos Estados Unidos, o Partido Republicano considera excessivo o pacote fiscal proposto pelo Presidente Joe Biden e é tudo menos garantido que o plano passe no Senado tal como proposto.

O problema está em que, políticas orçamentais e monetárias expansionistas, aparentemente incontornáveis e destinadas a proteger os mais fracos, estão na verdade a aumentar a desigualdade entre ricos e pobres numa escala nunca vista na história.

Quando os bancos centrais inundam o mundo em dinheiro com vista a manter as taxas de juro baixas e sob controlo – o que parece ser uma coisa boa – esperar-se-ia um empurrão para cima nos preços. Tudo o mais igual, mais dinheiro para a mesma quantidade de bens e serviços deveria fazer subir os preços – é o

que diz a sabedoria convencional que, em economês, dá pelo nome de teoria quantitativa da moeda.

Claro que já sabíamos que a regra de ouro da teoria quantitativa da moeda não se aplicava sempre de forma perfeita. Mas Milton Friedman, o economista liberal do século passado, gostava de dizer onde quer que visse inflação lhe parecia que o dinheiro estava presente.

A origem monetária da inflação parecia estar bem estabelecida.

No entanto, vamos numa dúzia de anos de inundação das economias em dinheiro criado pelos bancos centrais e inflação, nem vê-la!

Não é fácil explicar o fenómeno. Contudo, há uma pista que parece segura.

É verdade que a inflação, onde a costumamos medir, ou seja, nos preços dos bens de consumo, não está a subir e está até em território negativo em muitas geografias, Portugal, por exemplo.

Mas há um sítio onde os preços estão a subir de uma forma exuberante – os preços dos ativos. As ações das empresas estão em níveis estratosféricos e mesmo o imobiliário tem manifestado uma significativa resiliência em matéria de preços. Por exemplo, em Portugal o preço das casas subiu quase 5% em 2020.

Esta valorização excessiva dos ativos em resultado da política monetária ultra expansionista dos bancos centrais tem vários problemas. Vamos analisar um par deles:

1. Aumenta a desigualdade entre ricos e pobres

Quem possui os ativos que estão a valorizar são os ricos – os seus balanços estão cada vez mais gordos. Em contrapartida os mais pobres, que não possuem ativos ou têm o tipo de ativos que não valorizam (depósitos bancários, por exemplo) estão a ficar para trás na escala da riqueza

2. Tomada excessiva de risco

As aplicações minimamente seguras e que rendem alguma coisa são raras. Com tanto dinheiro para aplicar os investidores não têm outro remédio que não seja procurar rendimento em lugares cada vez mais arriscados. As empresas sabem disto e estão a emitir dívida em quantidades colossais e em condições que há apenas alguns anos considerariamos impensáveis. Não augura nada de bom a médio prazo.

3. Os mercados deixaram de ser efetivos na alocação de recursos.

Em função da situação os mercados orientavam-se para tal ou tal tipo de ativos e fugiam de tal ou tal tipo de ativos. Os primeiros subiam, os segundos desciam.

O que vemos hoje é que tudo sobre: ações, obrigações do estado, ouro, dívida corporativa, dívida de

qualidade duvidosa, bitcoins, tudo! – os mercados perderam a capacidade para distinguir trigo de joio, não estão a fazer o seu papel.

Aquilo em que supomos que o mercado é melhor que ninguém, ou seja, alocar eficientemente os recursos, simplesmente não está a acontecer.

Estamos um pouco como alguém que tem de escolher entre o fogo e a sertã.

Se retiramos os estímulos vem por aí uma recessão colossal e vão sofrer os mesmo de sempre, os mais frágeis – os que vão ficar sem emprego, as famílias com balanços mais débeis...

Se mantemos os estímulos o fosso entre ricos e pobres não cessa de aumentar, um grande número de empresas vai sobreviver num estado zombie e o que se vê pela frente não é bonito.

Não é fácil quadrar este círculo e não vai ser simples desfazer o nó que estamos a apertar desde 2008/2009.

Contudo, há pelo menos uma conclusão que dou por segura. Se as políticas públicas estão, ainda que por bons motivos, a engordar desmedidamente os balanços dos mais ricos, então, o caso para uma correção dessa distorção por via de outras políticas públicas parece forte. O que uma mão deu, a mesma mão deve levar, pelo menos em parte.

Excluindo os mais ricos, que têm muito a perder, tenho dificuldade em perceber a resistência à tributação da fortuna.

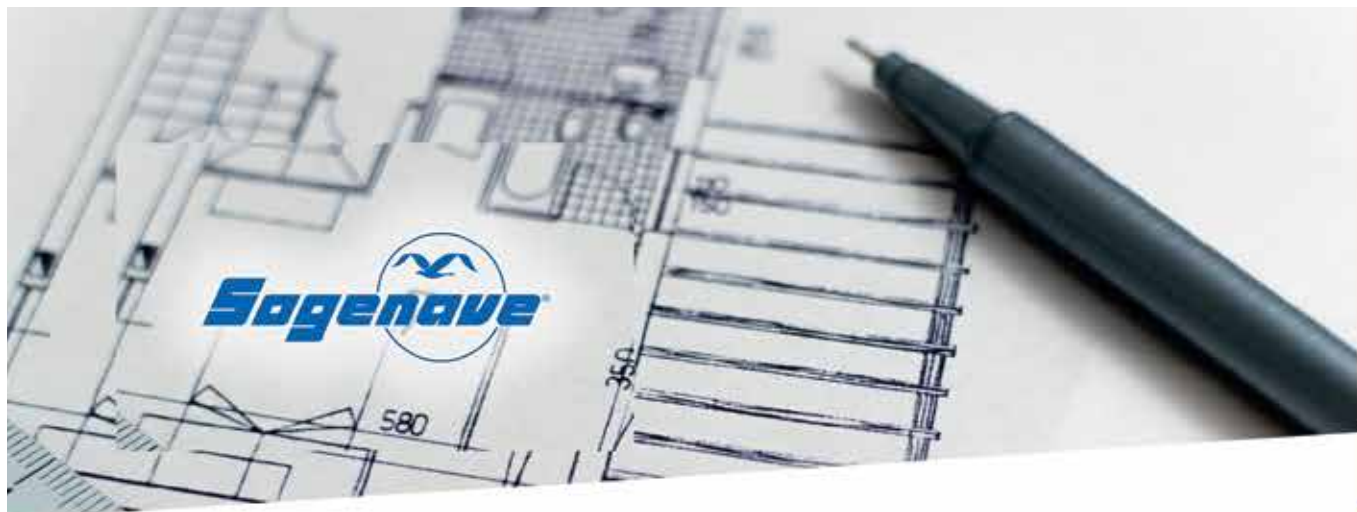
Até estaria disponível para discutir se a tributação deve ser uma vez única, sem exemplo e sem continuidade ou se deve ser uma tributação sistemática e regular como o IRS.

Esse e outros debates valem a pena.

O que tenho dificuldade em entender é como num mundo em que tipicamente um terço da riqueza pertence a 1% da população e os 10% mais ricos detêm 90 % das fortunas, quando muito do crescimento dessas fortunas se deve a efeito colateral e indesejável de políticas públicas, que se fique simplesmente a olhar para o tema sem fazer nada e, pior, sem sequer debater o assunto.

Nos Estados Unidos o tema da tributação da riqueza foi objeto de debate nas eleições presidenciais de final de 2020. Nomeadamente, duas candidatas às primárias democráticas, Elizabeth Warren e Alexandria Ocasio-Cortez, apresentaram propostas de tributação das fortunas. Infelizmente esse ponto não consta na agenda do presidente Joe Biden – a ala mais progressista do partido democrático foi vencida neste particular. Mas não é assunto fechado, nem em US nem no Reino Unido onde o debate continua.

Por cá, no jardim à beira-mar plantado, continuamos a ignorar o assunto...



A sua Instituição precisa de apoio no âmbito do programa PARES 3.0?

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

Portaria de 19 de Agosto de 2020 | Despacho nº 9952/2020 de 15 de Outubro, do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Se necessita de apoio técnico no âmbito do Programa PARES 3.0, a **Sogenave tem para si um serviço integrado**, para que garanta um projeto bem sucedido.

Sendo a integração e coordenação dos diferentes intervenientes um dos maiores desafios num projecto com a exigência do Programa PARES 3.0, o **departamento de Food Equipment da Sogenave, com largos anos de experiência e um extenso portfólio de projectos executados**, disponibiliza os seguintes serviços:

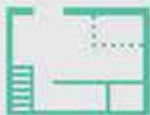
Consultoria



Projetos de Arquitectura



Projetos de Engenharia



Desenvolvimento de Layouts de Cozinhas e Lavandarias



Mobiliário, Decoração e Design

Gestão de obras



Trabalhos de Construção Civil



Fiscalização de obra

Equipamentos Hoteleiros



Venda e Instalação de Equipamentos Hoteleiros

O Programa PARES 3.0 tem como objectivo, aumentar a qualidade e capacidade das respostas nas áreas da infância, pessoas com deficiência e população idosa. São entidades elegíveis as IPSS ou instituições equiparadas. O financiamento público tem como limite 80% (restante poderá ser recursos próprios, financiamentos, autarquias, parcerias). São elegíveis, os projectos que criem novos lugares, obras urgentes, obras de ampliação ou reabilitação. A formalização da candidatura é feita mediante apresentação de Projecto. A presente nota é meramente informativa e não dispensa a consulta da documentação oficial emitida pelo Governo Português sobre o tema.



Para a frente é que é o caminho...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

“PORTUGAL, BALANÇO SOCIAL 2020 - UM RETRATO DO PAÍS E DOS EFEITOS DA PANDEMIA”

Apoios sociais são fundamentais para reduzir a pobreza

Mais de 12% da população portuguesa estava em 2019 numa situação de pobreza persistente e 17,2% em risco de pobreza, uma percentagem que disparava para mais de 43% sem apoios sociais do Estado, segundo o relatório “Portugal, Balanço Social 2020 -- Um retrato do país e dos efeitos da pandemia”, da faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, a NOVA SBE.

O relatório foi produzido pela economista e professora da instituição, Susana Peralta, em coautoria com Bruno P. Carvalho e Mariana Esteves.

Numa primeira parte faz um retrato estatístico da situação socioeconómica das famílias centrado no período entre 2016 e 2019, mas focando-se sobretudo nos anos de 2018 e 2019.

O retrato estatístico tem por base os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, aplicado em Portugal, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mas usado pelo Eurostat para fins de comparabilidade europeia de indicadores de coesão social.

Ressalvando a interrupção provocada pelo período de assistência externa a Portugal, o relatório aponta a tendência de queda da taxa de risco de pobreza no país ao longo da última década, mas a percentagem era ainda de 17,2% em 2019, acima da média da União Europeia a 27, mas seria muito superior sem apoios do Estado.

“As transferências sociais são importantes instrumentos para reduzir a pobreza. Em 2019, a proporção de pessoas em situação de pobreza, antes de transferências sociais, era de 43,4%”, aponta-se no relatório.

Em declarações à Lusa, Susana Peralta sublinhou a ligação da pobreza aos salários baixos, o que é a realidade em Portugal, assim como a relação com o mercado de trabalho.

De acordo com o relatório “os desempregados são o grupo com maior taxa de pobreza em 2019 (42%)” e “trabalhar a tempo inteiro também não é garantia de sair da situação de pobreza -- 46% da população pobre vive em agregados onde os adultos trabalham mais de 85% do tempo, ou seja, praticamente a tempo inteiro”, acrescentando que além dos desempregados, a pobreza é também mais prevalente entre as famílias monoparentais e os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos”.

“Portugal sendo um país de salários baixos e com um nível de precariedade do mercado de trabalho dos mais elevados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) faz com que as pessoas tenham relações com o mercado de trabalho que não a protegem da pobreza”, disse Susana Peralta.

A economista apontou o exemplo dos trabalhadores independentes, os chamados ‘recibos verdes’, e dos trabalhadores a tempo parcial como parte importante nos números da pobreza entre quem trabalha, auferindo rendimentos inferiores ao Salário Mínimo Nacional, um referencial de rendimentos acima do limiar da pobreza.

É preciso ainda ter em conta o peso de dependentes sem rendimentos no agregado familiar, como as crianças, e de desempregados, o que se reflete noutro indicador, o da intensidade laboral, que avalia o tempo de trabalho a tempo inteiro dos adultos num agregado familiar.

O relatório refere que “a proporção de agregados onde os adultos entre 18 e 59 anos trabalham menos de 20% do tempo, isto é, a percentagem de pessoas com muito baixa intensidade laboral aumentou entre 2008 e 2014. Neste ano atingiu um máximo de cerca de 12%, tendo regressado aos níveis pré-crise em 2019, quando se cifrou em cerca de 6%”.

O relatório retrata ainda a evolução da situação de pobreza persistente em Portugal: em 2019 era de 12,5% para a população em geral, de 11% para as crianças, de 8% para os trabalhadores e de mais de 33% para os desempregados.

Entre 2016 e 2019 quase 60% dos desempregados estiveram numa situação de pobreza pelo menos durante um ano, uma situação que afetou 36,5% de crianças e 25,1% de trabalhadores. No geral, a taxa fixou-se nos 31,2%.

A taxa de privação material, que mede a capacidade de as pessoas conseguirem fazer face a despesas inesperadas, de pagar uma semana de férias por ano fora de casa, ou conseguir manter a casa aquecida,

entre outros indicadores, fixou-se em 2019 nos 15,1%, depois de já ter estado nos 23% na década anterior, em 2008. A taxa de privação material severa caiu, no mesmo período, de 9,7% para 5,6%.

“Entre 2008 e 2019 aumentou o número de pessoas que afirma não ter capacidade de assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a um empréstimo. Para a população em risco de pobreza este valor subiu de 47% para 64%”, adianta o relatório.


Aumentou ainda o hiato da pobreza, ou seja, a distância entre os rendimentos de um agregado familiar e o valor do limiar da pobreza, passando de 2,1% em 2008 para 2,3% em 2019. No ano passado o limiar de pobreza era de 6.014 euros anuais, mais 1.045 euros do que em 2008.

A pobreza tem reflexos no acesso e qualidade da saúde, com quase 25% das pessoas em situação de pobreza a avaliarem como má a sua saúde e a reportarem maiores dificuldades de acesso a cuidados de medicina dentária, não disponível no Serviço Nacional de Saúde.

As carências habitacionais entre a população pobre eram em 2019 de 26%, o dobro face à população geral. São também os mais pobres os que mais vivem em alojamentos sobrelotados (18%) e os que mais consideram excessivos os custos com a habitação: “38% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 16% da população total)”.

O relatório aponta ainda que a pobreza cria desigualdades na participação cívica e democrática, o que “pode reduzir a representatividade dos interesses dos cidadãos nas escolhas políticas” acrescentando que “a proporção de pessoas mais pobres que não manifesta, ou manifesta pouco, interesse por política é de 60%, o dobro da proporção entre os mais ricos”.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL